

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**(Em milhares de Reais)**

### **1 Contexto operacional**

A SLC Agrícola S.A., fundada em 1977, a seguir denominada como “controladora”, “SLC” ou “Companhia”, e suas controladas (conjuntamente referidas como “o Grupo”) têm como objeto social as atividades de agricultura e pecuária; produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportar e importar bens para o seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral; prestação de serviços de recepção, limpeza, secagem e armazenamento de cereais de terceiros; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, álcool e seus derivados; e participação em outras sociedades.

A Companhia está sediada à rua Bernardo Pires, 128, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Em 1º de setembro de 2013, a Companhia iniciou o cultivo da safra 2013/2014, operando com dezesseis unidades de produção, com uma área plantada total de 344,0 mil hectares, entre áreas próprias e arrendadas de terceiros, localizadas em seis estados brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Piauí e Maranhão.

### **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

#### **a. Declaração de conformidade**

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 24 de fevereiro de 2014.

**b. Base de mensuração**

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **3 Políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**a. Conversão de moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

**b. Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**c. Reconhecimento da receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

***Venda de produtos***

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos

financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. No entanto, em sua maioria, o momento da transferência de riscos e benefícios ocorre na entrega das mercadorias ao comprador.

#### **d. Estoques**

Os produtos agrícolas provenientes dos ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no ponto da colheita, quando são transferidas do grupo de ativo biológico para o grupo de estoques e mensurados pela média ponderada dos valores justos da colheita.

Os estoques de sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, embalagens e material de acondicionamento, peças de reposição e outros estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

A provisão para ajuste de estoque a valor de mercado, dos produtos agrícolas, é constituída quando o valor justo registrado no estoque for superior ao valor de realização. O valor de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para vendê-lo.

#### **e. Ativo biológico**

Os ativos biológicos correspondem basicamente ao cultivo e plantio de soja, milho, algodão, trigo cana de açúcar e café, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento em que atingem o ponto de colheita. Enquanto há apenas uma pequena transformação biológica e não se espera que o impacto da transformação do ativo biológico sobre o preço seja material o custo incorrido é considerado como sendo o valor justo do ativo biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, conforme descrito na nota explicativa 26, denominada “variação do valor justo dos ativos biológicos”.

Os ativos biológicos - soja, milho, algodão e trigo - são mantidos pelos gastos incorridos com a formação das safras até a pré-colheita, quando são avaliados pelo valor justo deduzidos dos custos estimados de venda. A Companhia entende que nesse momento existe uma transformação biológica significativa, a qual pode ser verificada com segurança, e então o impacto da transformação do ativo biológico sobre o preço é material.

O ativo biológico “plantação de café” é mensurado pelo valor justo menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda. A “plantação cana de açúcar” encontra-se em fase inicial de cultivo e plantio, sendo mensurada ao custo incorrido para sua formação. Por se tratarem de culturas permanentes, são classificadas no grupo de ativos não circulantes.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Para reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos são utilizadas as seguintes premissas:

- i. Valorização:
  - Plantações de soja, milho, algodão e trigo - são mantidas ao custo histórico até a data da pré-colheita, quando são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda.
  - Plantações de café - são valorizadas por seu valor justo em função de sua projeção de produtividade e variações de preços.
- ii. Metodologia utilizada:
  - Plantações de soja, milho, algodão e trigo - Valorização de cada área de cultivo, nas datas da pré-colheita, com base na área a ser colhida e na produtividade esperada.
  - Plantações de café - Projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento desses ativos biológicos.
- iii. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado de capital (WACC) de aproximadamente 11,8% a.a., a qual é revisada periodicamente pela Administração. Os preços futuros foram estimados com base em cotação futura (*Nybot*) e os custos com base no plano de negócios (*bussines plan*) da Companhia. O tempo de vida médio dos pés de café considerado no estudo é de 15 anos.
- iv. Os preços dos ativos biológicos são obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros.
- v. Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos.

**f. Investimentos (Controladora)**

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18(R2) (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

**g. Imobilizado**

*i. Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar os ativos nos locais e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;

- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

*ii. Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

*iii. Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terras e terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício, corrente e comparativos, são as seguintes:

Descrição	Vida útil média
Correção e desenvolvimento do solo	12,73 anos
Prédios e benfeitorias	34,4 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos e instalações de escritório	7,5 anos
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	15 anos
Veículos	11 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

No período findo em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não verificou a existência de indicadores que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi revisada a vida útil econômica média dos itens de correção e desenvolvimento do solo. Os impactos no resultado do período e no patrimônio líquido não são relevantes.

## **h. Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil estimada para o período corrente e comparativo para software é de 5 anos.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia não possuía ativos intangíveis com vida útil indefinida, bem como ativos intangíveis gerados internamente.

### **i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

#### ***i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)***

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sob condições que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

#### ***Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado***

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da

probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

**ii. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (a “unidade geradora de caixa ou UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro-rata*.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

**j. Subvenções governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Os Governos dos Estados do Mato Grosso do Sul, por intermédio do Decreto nº 9.542/99, e do Mato Grosso, por intermédio do Decreto nº 1.261/00, concederam incentivos para deferimento de débitos de ICMS através da adesão da Fazenda Planalto ao programa Fundersul (Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul) e das Fazendas Planorte, Paiaguás e Pejuçara ao programa FETHAB (Fundo de Transporte e Habitação).

Os Governos dos Estados de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Decreto no 9.716/99, e de

Goiás, através da Lei Estadual nº 13.506/99, concederam incentivos de créditos presumidos de ICMS nas operações com algodão em pluma, com redução no valor do ICMS a recolher de 70% a 75% através da adesão da Fazenda Planalto ao programa PDAGRO (Mato Grosso do Sul), e da Fazenda Pamplona ao programa PROALGO (Goiás). Os créditos presumidos são registrados no resultado na rubrica de impostos sobre vendas em contrapartida à rubrica de impostos a recuperar.

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (atual Agência do Desenvolvimento da Amazônia - ADA), por intermédio do Ato Declaratório DCI/DAI/SUDAM nº 025/2000, concedeu incentivo fiscal de IRPJ às Fazendas Parnaíba e Planorte, com redução do IRPJ e adicionais não restituíveis de 75% sobre o lucro da exploração das operações com algodão e caroço de algodão, até o limite de produção estipulado no Ato Declaratório. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de IRPJ a Recolher em contrapartida a resultado na rubrica de imposto de renda corrente.

## **k. Impostos**

### ***Imposto de renda e contribuição social***

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, e que para a atividade rural é de até 100% do lucro real anual, e que nas demais atividades está limitada a 30% do lucro real anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas, se aplicável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma

autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### ***Impostos sobre vendas***

Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<b>Aliquotas</b>
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 17,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – Funrural	2,85%

Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos.

## **I. Instrumentos financeiros**

### ***i. Ativos financeiros não derivativos***

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis.

#### ***Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado***

Um ativo financeiro é classificado como valor justo por meio do resultado caso designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo

por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

#### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

### **ii. Passivos financeiros não derivativos**

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou expira.

O grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Financiamentos e empréstimos, fornecedores, contratos de mútuos e arrendamentos com partes relacionadas, títulos a pagar e outras contas a pagar.

### **iii. Capital social**

#### *Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

#### *Dividendos*

O estatuto da Companhia e a legislação societária preveem que no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos. Desta forma, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído.

#### *Recompra de ações (ações em tesouraria)*

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em

tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total.

Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou o déficit resultantes são transferidos para os/dos lucros acumulados.

**iv. *Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge***

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de *commodities* e *swaps* de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do *hedge*, o Grupo formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. O Grupo faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80 % a 125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo.

*Hedges de fluxos de caixa*

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a *hedge* é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (*hedged*) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de *hedge*. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado.

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou

seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o Grupo possuía operações classificadas na categoria de *hedge* de fluxo de caixa.

## **m. Arrendamentos mercantis**

### *i. Pagamentos de arrendamentos*

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

### *ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento*

No começo de um contrato o Grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado
- b. O contrato contém direito de utilização do ativo.

O Grupo separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o Grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental do Grupo) e redução do passivo em aberto.

## **n. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### *Provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas*

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**o. Pagamento baseado em ações**

A Companhia possui Plano de Opções de Ações para diretores e gerentes, sob a administração de um comitê gestor, criado pelo Conselho da Administração. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia mensurou e reconheceu estes benefícios como despesa de acordo com o CPC 10(R1) (IFRS 2). Detalhamentos dos programas da Companhia se encontram na nota explicativa 23.

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

**p. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variação monetária de dívidas indexadas pela cotação da saca de soja, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variação monetária de dívidas indexadas pela cotação da saca de soja, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**q. Lucro por ação**

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O cálculo do lucro diluído por ação é a divisão do lucro líquido do exercício ajustado por quaisquer dividendos ou outros itens relacionados com ações ordinárias potenciais diluidoras que tenham sido deduzidas para apurar o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da Companhia, qualquer participação reconhecida no período relacionada com as ações ordinárias potenciais diluidoras, e quaisquer outras alterações nas receitas ou despesas que resultariam da conversão das ações ordinárias potenciais diluidoras pelo número médio ponderado de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias (nota explicativa 18.h).

**r. Benefícios a empregados**

Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à

remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de opção de ações para diretores e gerentes. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

**s. Informação por segmento**

A Companhia concentra suas atividades na produção e comercialização de produtos agrícolas (soja, milho, trigo, algodão, café e cana de açúcar) e na aquisição e desenvolvimento de terras para agricultura, desta forma está organizada em dois segmentos de negócio: produção agrícola e terras. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho.

Os produtos da Companhia não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Não existe agregação de segmentos operacionais.

**t. Demonstrações de valor adicionado**

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

**u. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para o Grupo estão mencionadas abaixo. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

**IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)**

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseados no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

**Alterações ao IAS 32 e IFRS 7 (2011).** As alterações do IAS 32 tem o objetivo de esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros. Estas alterações endereçam as inconsistências encontradas na prática quando aplicados os critérios de compensação no IAS 32

Instrumentos Financeiros: Apresentação. As alterações esclarecem: (i) o significado de “dispõe de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido” (*currently has a legally*

*enforceable right of set-off); e (ii) que alguns sistemas de liquidação pelo valor bruto podem ser considerados equivalentes ao de liquidação pelo valor líquido.* As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014 e sua aplicação é requerida de forma retrospectiva.

As alterações são parte de projeto de compensação do IAS. Como parte desse projeto, o IASB emitiu também separadamente *Disclosures – Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities (Amendments to IFRS 7)*, as alterações deste IFRS irão conter novos requerimentos de divulgação para ativos financeiros e passivos financeiros sendo eles: (i) compensação a demonstração financeira; ou (ii) sujeitas a acordos principais de compensação ou acordos semelhantes. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014.

#### **Alteração da legislação tributária federal relativa a tributos sobre o lucro**

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irretratável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada. De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Adicionalmente a Administração entende que as reservas de lucros constituídas com os lucros contábeis entre 01 de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 que excederam os lucros fiscais nesse mesmo período, caso sejam distribuídos como dividendos futuramente, serão base para incidência de Imposto de Renda e Contribuição Social.

## **4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

### **a. Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

### **b. Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

#### **i. Transações com pagamentos baseados em ações**

O Grupo mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa 23.

*ii.* ***Impostos***

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

*iii.* ***Valor justo de instrumentos financeiros***

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

*iv.* ***Definição e revisão de vida útil de imobilizados e intangíveis***

A vida útil de imobilizados e intangíveis são estabelecidas utilizando como base premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados ou amortizados e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado.

*v.* Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (nota 3.i.i)

*vi.* Valor justo de ativos biológicos (nota 3.e)

*vii.* Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 3.n).

## **5 Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Empresas	Controladas		Atividade principal	Localização
	Diretas %	Indiretas %		
Fazenda Planorte				
Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Cultura de algodão, soja e milho.	Mato Grosso - MT
Fazenda Paiaguás				
Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Cultura de algodão, soja e milho.	Mato Grosso - MT
Fazenda Parnaíba				
Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Cultura de algodão, soja e milho.	Maranhão - MA
Fazenda Perdizes				
Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Cultura de algodão, soja e milho.	Mato Grosso - MT
SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda.	88,5	11,5	Arrendamento de terras de cultura.	Rio Grande do Sul - RS

Controladas				
Empresas	Diretas %	Indiretas %	Atividade principal	Localização
SLC Agrícola Pejuçara Ltda.	89,3	10,8	Cultura de algodão, soja e milho.	Mato Grosso - MT
SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A.	-	82,3	Compra e venda, arrendamento, construção e administração de imóveis.	Rio Grande do Sul - RS
Fazenda Planeste Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	82,3	Compra e venda, arrendamento, construção e administração de imóveis.	Rio Grande do Sul - RS
Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda	-	82,3	Compra e venda, arrendamento, construção e administração de imóveis.	Rio Grande do Sul - RS
Fazenda Panorama Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	82,3	Compra e venda, arrendamento, construção e administração de imóveis.	Rio Grande do Sul - RS
Fazenda Parceiro Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	100,0	Compra e venda, arrendamento, construção e administração de imóveis.	Rio Grande do Sul - RS
Fazenda Paineira Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	100,0	Compra e venda, arrendamento, construção e administração de imóveis.	Rio Grande do Sul - RS
Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A.	50,0	-	Cultura de soja e milho.	Mato Grosso - MT
SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A.	50,1	-	Cultura de algodão e soja.	Rio Grande do Sul - RS

O período das informações anuais das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Em 29 de maio de 2013, foi assinado o contrato de acionistas para o desenvolvimento de atividades de produção e comercialização de *commodities* agrícolas junto à Soares Penido Obras, Construções e Investimentos S.A. (“Grupo Dois Vales”). A atividade será desenvolvida na localidade de Querência/MT através da controlada Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A., denominada como “Fazenda Pioneira”. Nos termos do Contrato, a Companhia possui 50% da participação societária da Fazenda Pioneira enquanto o Grupo Dois Vales possui o restante da participação societária.

Em 30 de agosto de 2013, foi dado início à sociedade entre SLC Agrícola S.A. e Mitsui & Co., Ltd. (Mitsui), por meio da empresa SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A.(SLC-MIT), que terá a matriz localizada na cidade de Porto Alegre/RS e as atividades agrícolas serão desenvolvidas em sua filial, localizada em São Desidério/BA. Nos termos do Contrato, a Companhia possui 50,1% da participação acionária na SLC-MIT e a Mitsui os outros 49,9%.

A Companhia e os conselhos de administração da Fazenda Pioneira e da SLC-MIT avaliaram os requisitos necessários para a determinação de controle da investida, conforme determinação do CPC 36 (R3), e verificou-se que as atividades relevantes que afetam significativamente os retornos das investidas serão executadas pela Companhia, de modo que a eficiência nesta execução implicará no resultado e nas variações patrimoniais da investida e nos retornos para ambos os sócios. Por haver evidência significativa de que a Companhia possui todos os atributos seguintes: poder sobre as investidas; exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com as investidas; e a capacidade de utilizar seu poder sobre as investidas para afetar o valor de seus retornos; entendeu-se que a companhia possui controle sobre estas investidas. As operações da Fazenda Pioneira e da SLC-MIT estão refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

## 6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações de curto prazo

Modalidade	Rendimentos	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Disponibilidades	-	<b>82</b>	511	<b>131</b>	199
CDB-DI	100,74 do CDI*	<b>43.622</b>	28.273	<b>97.476</b>	82.930
Operação compromissada	99,81% do CDI*	<b>96.730</b>	14.590	<b>282.632</b>	73.196
Fundo de Investimento CP	99,97% do CDI*	<b>4.896</b>	485	<b>7.628</b>	485
Outras aplicações	87,21 % do CDI*	<b>317</b>	298	<b>5.110</b>	436
		<b>145.647</b>	44.157	<b>392.977</b>	157.246
Caixa e Equivalentes de Caixa		<b>82.284</b>	30.799	<b>232.354</b>	143.888
Aplicações Financeiras CP		<b>63.363</b>	13.358	<b>160.623</b>	13.358

(\*) Rendimento médio em 31 de dezembro de 2013.

As aplicações financeiras estão representadas por aplicação em certificados de depósitos bancários, operações compromissadas (debêntures) e Fundos de Investimento de curto prazo, a preços e taxas de mercado, atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data de 31 de dezembro de 2013, não excedendo o valor de negociação.

As aplicações de curto prazo são compostas por operações compromissadas com prazo superior a 90 dias e carência para resgate em dezembro de 2013, títulos de capitalização e CDBs com prazo de resgate inferior à 365 dias e vinculados à reciprocidade de manutenção de saldos em contrapartida de liberação de empréstimos.

A exposição do grupo a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 21.

## 7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Mercado interno	<b>7.687</b>	10.360	<b>11.743</b>	12.437
Mercado externo	<b>30.833</b>	26.189	<b>50.695</b>	42.834
Total	<b>38.520</b>	36.549	<b>62.438</b>	55.271

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas não possuíam títulos cujo recebimento seja considerado incerto e que estejam vencidos e, portanto não constituiu provisão para devedores duvidosos.

A exposição do grupo a risco de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na nota explicativa 21.

## 8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Produtos agrícolas	<b>123.580</b>	103.604	<b>184.690</b>	166.531
Produtos agrícolas - custos de formação	<b>95.228</b>	106.150	<b>142.198</b>	156.581
Produtos agrícolas - ajuste ao valor justo do ativo biológico	<b>28.352</b>	(2.546)	<b>42.492</b>	9.950
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	<b>165.575</b>	129.038	<b>258.041</b>	200.182
Embalagens e material de acondicionamento	<b>2.966</b>	5.227	<b>4.016</b>	7.199
Peças de reposição	<b>2.937</b>	2.950	<b>4.606</b>	4.225
Adiantamentos a fornecedores	<b>24.974</b>	9.851	<b>53.797</b>	29.217
Outros estoques	<b>5.206</b>	2.752	<b>9.881</b>	4.902
Provisões para ajuste de estoque	<b>(155)</b>	(4.285)	<b>(212)</b>	(4.437)
	<b>325.083</b>	249.137	<b>514.819</b>	407.819

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou provisão para ajuste a valor de mercado, sendo a movimentação conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(4.285)	(4.437)
Constituição de provisão	(20.861)	(26.181)
(-) Reversão de provisão	24.991	30.406
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(155)	(212)

## 9 Ativo biológico

	Controladora						Não Circulante		
	Circulante				Outras Culturas				
	Soja	Algodão	Milho	Café	Total	Café	Cana	Total	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	69.969	78.910	22.741	1.710	3.467	176.797	6.019	-	6.019
Gastos com plantio	173.252	285.351	58.385	4.638	15.135	536.761	-	1.492	1.492
Variação do valor justo	(17.693)	68.411	(23.754)	(43)	1.989	28.910	(2.863)	-	(2.863)
Colheita do produto agrícola	(140.989)	(341.219)	(32.112)	(4.928)	(16.287)	(535.535)	-	(187)	(187)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>84.539</b>	<b>91.453</b>	<b>25.260</b>	<b>1.377</b>	<b>4.304</b>	<b>206.933</b>	<b>3.156</b>	<b>1.305</b>	<b>4.461</b>
Ativo Biológico - Custos de Formação	80.680	89.757	25.260	1.377	4.304	201.378			
Ativo Biológico - Ajuste ao Valor Justo	3.859	1.696	-	-	-	5.555			

	Consolidado						Não Circulante		
	Circulante				Outras Culturas				
	Soja	Algodão	Milho	Café	Total	Café	Cana	Total	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>144.978</b>	<b>123.912</b>	<b>29.534</b>	<b>1.670</b>	<b>3.310</b>	<b>303.404</b>	<b>6.174</b>	-	6.174
Gastos com plantio	328.525	460.682	94.934	4.644	17.683	906.468	-	1.492	1.492
Variação do valor justo	30.315	119.555	(6.491)	(43)	2.736	146.072	(2.863)	-	(2.863)
Colheita do produto agrícola	(309.272)	(556.136)	(88.119)	(4.928)	(19.008)	(977.463)	(155)	(187)	(342)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>194.546</b>	<b>148.013</b>	<b>29.858</b>	<b>1.343</b>	<b>4.721</b>	<b>378.481</b>	<b>3.156</b>	<b>1.305</b>	<b>4.461</b>
Ativo Biológico - Custos de Formação	176.551	138.999	29.858	1.343	4.721	351.472			
Ativo Biológico - Ajuste ao Valor Justo	17.995	9.014	-	-	-	27.009			

Os saldos de culturas em formação estão substancialmente representados pelos gastos incorridos

com a formação das safras tais como: sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada nas culturas.

As culturas de soja, milho e algodão ocorrem, normalmente, nos seguintes períodos:

<b>Unidade</b>	<b>Localização</b>	<b>Culturas</b>		
		<b>Soja</b>	<b>Algodão</b>	<b>Milho</b>
Fazenda Planalto	Costa Rica-MS	20/ 09 a 25/03	05/12 a 30/08	25/01 a 10/07
Fazenda Paiaguás	Diamantino-MT	20/ 09 a 15/03	10/12 a 30/08	15/12 a 15/07
Fazenda Pejuçara	Diamantino-MT	20/ 09 a 15/03	10/12 a 30/08	15/12 a 15/07
Fazenda Planorte	Sapezal-MT	20/ 09 a 15/03	15/12 a 30/08	25/01 a 10/07
Fazenda Pamplona	Cristalina-GO	15/ 10 a 15/04	05/11 a 30/08	15/10 a 15/07
Fazenda Parnaíba	Tasso Fragoso-MA	15/ 10 a 15/04	15/12 a 30/08	15/10 a 15/07
Fazenda Planeste	Balsas-MA	20.10 a 15/04	20/12 a 30/08	20/09 a 15/07
Fazenda Panorama	Correntina-BA	15/ 10 a 30/04	20/11 a 30/08	15/10 a 15/07
Fazenda Piratini	Jaborandi-BA	25. 10 a 30/04	20/11 a 30/08	15/10 a 15/07
Fazenda Palmares	Barreiras-BA	15/ 10 a 30/04	20/11 a 30/08	15/10 a 15/07
Fazenda Parceiro	Formosa do Rio Preto -BA	25.10 a 30/04	20/11 a 30/08	15/10 a 15/07
Fazenda Paineira	Monte Alegre do Piauí -PI	25 10 a 15/04	Não planta	15/10 a 15/07
Fazenda Perdizes	Porto dos Gaúchos - MT	20/ 09 a 15/03	Não planta	25/01 a 10/07
Fazenda Parnaguá	Santa Filomena-PI	05.11 a 15/04	Não planta	15/10 a 15/07
Fazenda Pioneira	Querência - MT	15/10 a 25/03	Não planta	Não planta
Fazenda Paladino	São Desidério - BA	15/ 10 a 30/04	20/11 a 30/08	Não planta

Áreas previstas<sup>1</sup> para cultivo para o ano safra 2013/14:

	<b>Soja</b>	<b>Algodão</b>	<b>Milho</b>	<b>Outras Culturas<sup>2</sup></b>	<b>Total</b>
Área em hectares	185.120	93.679	50.430	14.724	343.953

- (1) Até o término do plantio a área de planejamento agrícola poderá alterar o plano de plantio em decorrência de intempéries climáticas.
- (2) As outras culturas compreendem as culturas de café, trigo, milho semente, sorgo, girassol e cana de açúcar.

## 10 Tributos a recuperar

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Imposto de renda	<b>60</b>	2.034	<b>161</b>	3.768
Contribuição social	<b>37</b>	31	<b>369</b>	2.362
ICMS	<b>35.474</b>	29.918	<b>49.881</b>	37.908
COFINS	<b>22.307</b>	13.229	<b>36.591</b>	28.832
PIS	<b>4.561</b>	2.873	<b>7.991</b>	6.606
IRRF a recuperar	<b>1.071</b>	1.432	<b>2.536</b>	2.114
Outros	<b>1.211</b>	411	<b>1.558</b>	488
	<b>64.721</b>	49.928	<b>99.087</b>	82.078
(-) parcela classificada no ativo circulante	<b>(54.362)</b>	(45.972)	<b>(78.361)</b>	(77.159)
Parcela classificada no ativo não circulante	<b>10.359</b>	3.956	<b>20.726</b>	4.919

### Imposto de renda e contribuição social

Corresponde às antecipações de imposto de renda e contribuição social, os quais serão realizados mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

## **ICMS, PIS e COFINS a compensar/recuperar**

Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia e de suas controladas, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

## **IRRF a recuperar**

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras. Esses créditos são realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

## **11 Investimentos**

	<b>Controladora</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Participações em controladas	<b>1.843.453</b>	1.702.954

Os investimentos relevantes em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, estão demonstrados no quadro a seguir:

	Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	Fazenda Paiaguás Emp. Agr. Ltda.	SLC Agrícola Pejuçara Ltda. (2)	Fazenda Perdizes Emp. Agr. Ltda.	Fazenda Pioneer Emp. Agr. S.A. (3)	SLC-MIT Emp. Agr. S.A. (3)	SLC Empreend. e Agric. Ltda. (1) e (2)	2013	2012
Ativo circulante	146.075	117.289	122.673	88.930	22.069	23.217	73.296	101.879		
Ativo não circulante	305.084	269.123	216.377	14.956	25.598	54.954	16.379	1.524.734		
Passivo circulante	115.895	94.417	91.838	39.034	10.217	33.005	24.774	106.546		
Passivo não circulante	87.623	61.023	23.968	6.466	28.227	14.451	5.085	242.157		
Receitas	157.511	145.749	202.037	86.905	26.257	927	1.667	91.403		
Despesas	(138.619)	(123.035)	(170.377)	(71.626)	(28.566)	(1.790)	(1.418)	(50.168)		
Capital social	45.650	57.050	40.009	32.165	11.498	31.672	60.120	484.892		
Patrimônio líquido	247.641	230.972	223.243	57.516	9.223	30.715	59.815	1.170.566		
Lucro(Prejuízo) líquido do período	18.892	22.714	31.660	15.279	(2.309)	(863)	249	41.235		
Quantidade de ações/quotas do capital social										
Ações ordinárias (mil)	45.650	57.050	40.009	46.542	11.498	31.672	60.120	130.604		
Ações preferenciais (mil)	-	-	-	-	-	-	-	28.134		
Percentual de participação (%)	100,0%	100,0%	100,0%	89,25%	100,0%	50,0%	50,1%	88,48%		
Saldos iniciais	228.690	218.591	222.146	44.085	11.532	-	-	977.910	<b>1.702.954</b>	1.523.663
Integralização de capital	-	-	-	-	-	15.836	30.120	18.930	<b>64.886</b>	109.885
Ganho em variação na participação	-	-	160	-	-	-	-	1.799	<b>1.959</b>	10.666
Ganhos (Perda) não realizados com instrumentos de hedge	266	1.101	459	37	-	(47)	(248)	-	<b>1.568</b>	6.521
Ganhos (Perda) de capital em Investimentos	-	-	(1.854)	(1.428)	-	-	-	14.432	<b>11.150</b>	(1.502)
Dividendos distribuídos	-	(10.000)	(30.000)	(4.998)	-	-	(30)	(13.840)	<b>(58.868)</b>	-
Variação custo atribuído imobilizado	(207)	(1.434)	673	-	-	-	-	-	(968)	-
Resultado da equivalência patrimonial	18.892	22.714	31.660	13.637	(2.309)	(432)	125	36.485	<b>120.772</b>	53.721
Saldos finais	247.641	230.972	223.244	51.333	9.223	15.358	29.967	1.035.716	<b>1.843.453</b>	1.702.954

- (1) O patrimônio líquido foi ajustado no valor de R\$24.213 (negativo) e o lucro líquido no valor de R\$166 (negativo), referentes a resultados não realizados entre as Companhias, líquido dos efeitos tributários.
- (2) A Companhia possui controle de 100% da empresa SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda. e da empresa SLC Agrícola Pejuçara Ltda através da controlada Fazenda Paiaguás Empreendimentos Agrícolas Ltda.
- (3) A Companhia entende que possui controle sobre a Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A. e SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A. por ser a responsável pela gestão das atividades relevantes destas empresas, conforme nota explicativa 5.

## 12 Imobilizado Controladora

<b>Custo do imobilizado bruto</b>	Saldo em				<b>Saldo em 2013</b>
	2012	Aquisições	Baixas	Transferências	
Terras de cultura	6.069	-	(6.069)	-	-
Correção e desenvolvimento do solo	227.085	30.562	(5.101)	58	<b>252.604</b>
Prédios e benfeitorias	77.891	74	(1.516)	14.932	<b>91.381</b>
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	351.996	34.293	(11.659)	379	<b>375.009</b>
Veículos	18.458	3.032	(832)	-	<b>20.658</b>
Móveis e utensílios	8.535	512	(30)	6	<b>9.023</b>
Equipamentos e instalações de escritório	4.337	895	(220)	-	<b>5.012</b>
Culturas permanentes	1.247	106	(324)	-	<b>1.029</b>
Adiantamento a fornecedores	8.261	4.124	(8.137)	-	<b>4.248</b>
Obras em andamento	15.553	7.489	-	(15.375)	<b>7.667</b>
Total	719.432	81.087	(33.888)	-	<b>766.631</b>
<b>Depreciação</b>	Saldo em				<b>Saldo em 2013</b>
	2012	Depreciação	Baixas	Transferências	
Correção e desenvolvimento do solo	123.247	34.161	(249)	-	<b>157.159</b>
Prédios e benfeitorias	7.307	2.082	(2)	-	<b>9.387</b>
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	114.800	32.000	(6.523)	-	<b>140.277</b>
Veículos	8.496	1.246	(578)	-	<b>9.164</b>
Móveis e utensílios	2.019	720	(21)	-	<b>2.718</b>
Equipamentos e instalações de escritório	2.563	369	(182)	-	<b>2.750</b>
Total	258.432	70.578	(7.555)	-	<b>321.455</b>
<b>Valor residual líquido</b>	<b>2012</b>		<b>2013</b>		
	Terras de cultura	6.069	Correção e desenvolvimento do solo	103.838	<b>95.445</b>
Prédios e benfeitorias	70.584		Prédios e benfeitorias	70.584	<b>81.994</b>
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	237.196		Equipamentos agrícolas e instalações industriais	237.196	<b>234.732</b>
Veículos	9.962		Veículos	9.962	<b>11.494</b>
Móveis e utensílios	6.516		Móveis e utensílios	6.516	<b>6.305</b>
Equipamentos e instalações de escritório	1.774		Equipamentos e instalações de escritório	1.774	<b>2.262</b>
Culturas permanentes	1.247		Culturas permanentes	1.247	<b>1.029</b>
Adiantamento a fornecedores	8.261		Adiantamento a fornecedores	8.261	<b>4.248</b>
Obras em andamento	15.553		Obras em andamento	15.553	<b>7.667</b>
Total	461.000			461.000	<b>445.176</b>

## Consolidado

<b>Custo do imobilizado bruto</b>	Saldo em				<b>Saldo em 2013</b>
	2012	Aquisições	Baixas	Transferências	
Terras de cultura	1.825.873	53.468	(23.828)	-	<b>1.855.513</b>
Correção e desenvolvimento do solo	336.045	64.018	(5.421)	58	<b>394.700</b>
Prédios e benfeitorias	201.303	475	(175)	17.447	<b>219.050</b>
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	580.375	80.753	(34.203)	216	<b>627.141</b>
Veículos	30.609	7.508	(1.900)	-	<b>36.217</b>
Móveis e utensílios	10.607	991	(81)	6	<b>11.523</b>
Equipamentos e instalações de escritório	9.791	1.672	(440)	(1)	<b>11.022</b>
Culturas permanentes	5.085	373	(343)	15	<b>5.130</b>
Adiantamento a fornecedores	9.662	16.677	(20.701)	-	<b>5.638</b>
Obras em andamento	17.436	36.808	(408)	(17.741)	<b>36.095</b>
Total	3.026.786	262.743	(87.500)	-	<b>3.202.029</b>

<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 2012</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 2013</b>
Correção e desenvolvimento do solo	189.884	47.762	(254)	-	<b>237.392</b>
Prédios e benfeitorias	35.646	5.134	(10)	-	<b>40.770</b>
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	186.695	46.801	(16.790)	-	<b>216.706</b>
Veículos	13.211	1.877	(1.280)	-	<b>13.808</b>
Móveis e utensílios	2.812	900	(68)	-	<b>3.644</b>
Equipamentos e instalações de escritório	3.773	795	(396)	-	<b>4.172</b>
Culturas permanentes	194	-	-	-	<b>194</b>
Total	432.215	103.269	(18.798)	-	<b>516.686</b>

<b>Valor residual líquido</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Terras de cultura	1.825.873	<b>1.855.513</b>
Correção e desenvolvimento do solo	146.161	<b>157.308</b>
Prédios e benfeitorias	165.657	<b>178.280</b>
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	393.680	<b>410.435</b>
Veículos	17.398	<b>22.409</b>
Móveis e utensílios	7.795	<b>7.879</b>
Equipamentos e instalações de escritório	6.018	<b>6.850</b>
Culturas permanentes	4.891	<b>4.936</b>
Adiantamento a fornecedores	9.662	<b>5.638</b>
Obras em andamento	17.436	<b>36.095</b>
Total	2.594.571	<b>2.685.343</b>

Em 31 de dezembro de 2013 as obras em andamento estavam substancialmente representadas por melhorias no prédio da algodoeira nas fazendas Paiaguás, Pejuçara, Panorama, Pamplona, Planalto e Palmares no valor de R\$969, unidade de armazenagem de grãos nas fazendas Parnaíba, Pejuçara, Perdizes, Pioneira, Planorte, Paineira, Planeste e Panorama no valor de R\$21.634 e obras de infraestrutura (benfeitorias, estradas, depósitos, etc.) no valor de R\$13.492. O valor de juros que foram capitalizados às obras em andamento no período de 31 de dezembro de 2013 foi de R\$929 (R\$1.073 em 31 de dezembro de 2012). A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização foi de aproximadamente 4,34% a.a.

Em 31 de dezembro de 2013, existiam imobilizados dados em garantia a empréstimos bancários no valor de R\$ 449.526 (R\$ 340.039 em 31 de dezembro de 2012).

## 13 Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes:

### a. Saldos com partes relacionadas

#### Saldos a receber com partes relacionadas

<b>Controladas diretamente</b>	<b>Outras contas a receber</b>		<b>Mútuos a receber</b>		<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>		<b>Total a receber</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda	-	-	-	3	-	-	-	3
Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda	184	345	-	739	-	-	184	1.084
Fazenda Paiaguás Empreendimentos Agrícolas Ltda	809	2.153	-	31	-	-	809	2.184
SLC Agrícola Pejuçara Ltda	1.848	1.691	-	1.011	-	-	1.848	2.702
SLC Agrícola Perdizes Ltda	800	616	-	-	27.749	-	28.549	616
SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda	86	6.989	-	-	-	2.162	86	9.151
Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas Ltda	120	-	-	-	-	-	120	-
SLC - MIT Empreendimentos Agrícolas Ltda	8.243	-	-	-	-	-	8.243	-

	Outras contas a receber	Mútuos a receber	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total a receber
<b>Controladas indiretamente</b>				
SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas Ltda	- 4	- -	- -	- 4
Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda	407 -	- -	- -	407 -
Fazenda Paineira Empreendimentos Agrícolas Ltda	25 -	- -	- -	25 -
Fazenda Parceiro Empreendimentos Agrícolas Ltda	25 -	- -	- -	25 -
<b>Controladora</b>	<b>4 4</b>	<b>- -</b>	<b>- -</b>	<b>4 4</b>
<b>Total</b>	<b>12.551 11.802</b>	<b>- 1.784</b>	<b>27.749 2.162</b>	<b>40.300 15.748</b>

### Saldos a pagar com partes relacionadas

	Arrendamentos a pagar		Outras contas a pagar		Mútuos a pagar		Total a pagar	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Controladas diretamente</b>								
Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda	- -	- -	885 228	- -	- -	- -	885 228	
Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda	- -	- -	- -	- -	1.625 -	- -	1.625 -	
<b>Controladas indiretamente</b>	<b>- -</b>	<b>7.415</b>	<b>- -</b>	<b>- -</b>	<b>- -</b>	<b>- -</b>	<b>- -</b>	<b>7.415</b>
SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda	- 7.415	- -	- -	- -	- -	- -	- -	7.415
Fazenda Panorama Empreendimentos Agrícolas Ltda	1.795 3.502	- -	- -	- -	- -	- -	1.795 3.502	
Fazenda Planeste Empreendimentos Agrícolas Ltda	2.464 4.456	- -	- -	- -	- -	- -	2.464 4.456	
Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda	942 1.446	- -	- -	- -	- -	- -	942 1.446	
Fazenda Parceiro Empreendimentos Agrícolas Ltda	750 751	- -	- -	- -	- -	- -	750 751	
Fazenda Paineira Empreendimentos Agrícolas Ltda	657 585	- -	- -	- -	- -	- -	657 585	
<b>Outras partes relacionadas</b>	<b>- -</b>	<b>- -</b>	<b>56 139</b>	<b>- -</b>	<b>- -</b>	<b>- -</b>	<b>56 139</b>	
<b>Total</b>	<b>6.608 18.155</b>		<b>941 367</b>		<b>1.625 -</b>		<b>9.174 18.522</b>	

A Companhia e suas controladas mantém entre si contratos de mútuos, representados por conta corrente, cujo indexador é equivalente a 99% da variação nominal da taxa CDI-OVER, com vencimentos em prazos indeterminados. Estes contratos de mútuos são utilizados como forma de gerenciamento do capital de giro no Grupo.

A SLC Participações S.A. é o controlador final da Companhia. Não há transações relevantes com o controlador, exceto pagamento de dividendos.

### b. Transações com partes relacionadas

	Vendas de Mercadorias/ Produtos/ Imobilizado	Custos de Arrendamentos	Compras de Mercadorias/ Produtos/Aluguéis	Receitas Financeiras - Juros e Variação Monetária	Despesas Financeiras - Juros e Variação Monetária
Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda					
Total em 31/12/2013	284	-	924	15	1
Total em 31/12/2012	-	-	15	42	-
Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda					
Total em 31/12/2013	2.453	-	2.854	484	51
Total em 31/12/2012	907	-	468	276	-
Fazenda Paiaguás Empreendimentos Agrícolas Ltda					
Total em 31/12/2013	87	-	1.188	4	3
Total em 31/12/2012	1.027	-	208	67	2
SLC Agrícola Pejuçara Ltda					
Total em 31/12/2013	144	-	251	2	-
Total em 31/12/2012	15	-	12	3	-
SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda					
Total em 31/12/2013	-	30.304	-	281	196
Total em 31/12/2012	-	29.819	-	26	332
Fazenda Panorama Empreendimentos Agrícolas Ltda					
Total em 31/12/2013	-	6.366	-	307	-
Total em 31/12/2012	-	6.490	-	-	1.365

	Vendas de Mercadorias/ Produtos/ Imobilizado	Custos de Arrendamentos	Compras de Mercadorias/ Produtos/Alugueis	Receitas Financeiras - Juros e Variação Monetária	Despesas Financeiras - Juros e Variação Monetária
Fazenda Planeste Empreendimentos Agrícolas Ltda					
Total em 31/12/2013	-	7.100	-	514	-
Total em 31/12/2012	-	8.679	-	-	1.969
Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda					
Total em 31/12/2013	-	2.389	-	173	-
Total em 31/12/2012	5.846	2.917	-	-	685
Fazenda Parceiro Empreendimentos Agrícolas Ltda					
Total em 31/12/2013	-	2.200	-	-	-
Total em 31/12/2012	-	793	-	-	-
Fazenda Paineira Empreendimentos Agrícolas Ltda					
Total em 31/12/2013	-	1.822	-	-	-
Total em 31/12/2012	-	726	-	-	-
Fazenda Perdizes Empreendimentos Agrícolas Ltda					
Total em 31/12/2013	17	-	-	-	-
Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas Ltda					
Total em 31/12/2013	1.671	-	-	-	-
SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas Ltda					
Total em 31/12/2013	17.810	-	-	-	-
Outras Empresas					
Total em 31/12/2013	-	-	249	-	-
Total em 31/12/2012	-	-	222	4	-
<b>Total</b>		<b>22.466</b>	<b>50.181</b>	<b>5.466</b>	<b>1.780</b>
<b>Total em 31/12/2013</b>		<b>7.795</b>	<b>49.424</b>	<b>925</b>	<b>418</b>
					<b>251</b>
					<b>4.353</b>

### c. Contratos de arrendamento

O contrato de arrendamento rural tem por objeto a entrega das terras, instalações e demais bens pelo arrendador para que o arrendatário explore a atividade agrícola através do cultivo de algodão, soja, milho, sorgo, café, feijão e ervilha em contraprestação a um valor a título de preço de arrendamento.

A partir de 02 de janeiro de 2011, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado com a controlada SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda e suas controladas por um prazo indeterminado, podendo ser revisado a qualquer tempo, caso ocorram alterações de mercado que inviabilizem o seu equilíbrio e onerem excessivamente uma das partes.

A partir de 01 de setembro de 2012, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado com a controlada (indiretamente) SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A. e suas controladas, por um prazo mínimo de 20 anos.

Em 31 de dezembro de 2013, o preço anual do arrendamento no valor de R\$57.285, referente à safra 2013/14, pode ser assim demonstrado:

<b>Fazenda</b>	<b>Valor</b>	<b>Fazenda</b>	<b>Valor</b>
Fazenda Planalto	R\$ 7.483	Fazenda Paiguás	R\$ 8.677
Fazenda Pamplona	R\$ 5.902	Fazenda Pejuçara	R\$ 1.207
Fazenda Planeste	R\$ 7.371	Fazenda Paineira	R\$ 1.965
Fazenda Panorama	R\$ 5.372	Fazenda Parceiro	R\$ 2.245
Fazenda Piratini	R\$ 2.818	Fazenda Perdizes	R\$ 4.830
Fazenda Palmares	R\$ 7.315	Fazenda Parnagua	R\$ 2.100

O preço do arrendamento é pago anualmente, pelo seu valor em reais ou convertido pelo valor da cotação de balcão da saca de soja de cada região no dia do pagamento, conforme clausula contratual. A fixação do preço da saca de soja deve ser estabelecida pelo arrendador com antecedência mínima de 15 dias, sem previsão de repactuação.

**d. Honorários da administração**

A Companhia considera como pessoal-chave da administração os Conselheiros não remunerados, os Conselheiros Independentes remunerados e os Diretores (estatutários e não estatutários).

Os administradores são remunerados na forma de pró-labore e salários, pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração dos administradores, incluindo gratificações e outros benefícios, é apresentado em rubrica específica na demonstração do resultado e está detalhada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal</b>				
Pró-labore	<b>2.932</b>	3.387	<b>2.932</b>	3.387
Gratificações	<b>668</b>	808	<b>668</b>	808
Encargos	<b>965</b>	1.088	<b>965</b>	1.088
Plano de opções de ações	<b>2.190</b>	1.765	<b>2.190</b>	1.765
Outros benefícios	<b>(28)</b>	16	<b>(28)</b>	16
	<b>6.727</b>	7.064	<b>6.727</b>	7.064
<b>Diretoria Não Estatutária</b>				
Pró-labore	<b>387</b>	209	<b>1.015</b>	628
Gratificações	<b>112</b>	-	<b>261</b>	143
Encargos	<b>53</b>	42	<b>259</b>	196
Plano de opções de ações	<b>186</b>	33	<b>186</b>	33
Outros benefícios	<b>1</b>	-	<b>9</b>	3
	<b>739</b>	284	<b>1.730</b>	1.003
<b>Total</b>	<b>7.466</b>	7.348	<b>8.457</b>	8.067

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

## 14 Empréstimos e financiamentos

Indexador	2013	2012	Taxas médias anuais de juros (%)		Controladora		Consolidado	
			2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Aplicados no Imobilizado</b>								
Finame – BNDES	Pré e TJLP*	<b>5,42%</b>	6,31%	<b>86.789</b>	25.499	<b>123.880</b>	37.026	
Fundos Constitucionais**	-	<b>7,38%</b>	7,29%	<b>35.227</b>	57.916	<b>56.776</b>	90.984	
Financiamento de Investimento	US\$ e Libor***	<b>5,54%</b>	5,74%	<b>18.961</b>	21.276	<b>18.961</b>	21.276	
				<b>140.977</b>	104.691	<b>199.617</b>	149.286	
<b>Aplicados no Capital de giro</b>								
Crédito Rural	-	<b>6,99%</b>	6,11%	<b>184.452</b>	86.406	<b>307.311</b>	174.743	
Fundos Constitucionais**	-	<b>7,23%</b>	7,23%	<b>91.991</b>	-	<b>136.981</b>	29.198	
Capital de Giro	-	<b>12,16%</b>	8,31%	<b>40.088</b>	80.151	<b>65.738</b>	90.162	
Financiamento à Exportação	CDI	<b>10,77%</b>	-	<b>100.085</b>	-	<b>100.085</b>	-	
Financiamento à Exportação	US\$, Libor+Pré	<b>3,92%</b>	4,05%	<b>360.557</b>	367.471	<b>360.557</b>	367.471	
				<b>777.173</b>	534.028	<b>970.672</b>	661.574	
				<b>918.150</b>	638.719	<b>1.170.289</b>	810.860	
Parcela classificada no circulante				<b>481.354</b>	290.100	<b>692.418</b>	435.498	
Parcela classificada no não circulante				<b>436.796</b>	348.619	<b>477.871</b>	375.362	

- (\*) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)
- (\*\*) Para o cálculo do custo médio dos Fundos Constitucionais consideramos desconto 15% relativo ao bônus de adimplênciincidente nessas operações.
- (\*\*\*) Libor (*London Interbank Offer Rate*): Taxa de Juros cobrados pelos bancos de Londres, que serve como referência para a maioria dos empréstimos do sistema financeiro internacional.

Finame – BNDES – Linhas de investimentos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). São garantidos por alienação fiduciária ou penhor dos bens financiados e por aval da Companhia ou da SLC Participações S.A. As amortizações são realizadas em base mensal, trimestral, semestral ou anual, e se darão entre os períodos de 15/01/2014 a 15/11/2023.

Fundos Constitucionais – Linhas de investimentos e capital de giro do Fundo do Nordeste (FNE) e do Fundo do Centro-Oeste (FCO). São garantidos por avais da Companhia ou da SLC Participações S.A., e, em algumas operações, por penhor e por hipoteca de terras. A periodicidade das suas amortizações é anual ou semestral, com vencimentos entre os períodos de 01/04/2014 a 01/02/2018.

Financiamento de Investimento – Linhas de investimentos destinadas a máquinas e equipamentos, a periodicidade das amortizações é semestral com vencimento final em 15/04/2017. Garantida por aval da SLC Participações S.A. e alienação fiduciária das máquinas objeto do financiamento.

Crédito Rural – Recursos destinados ao custeio e comercialização de safra, cujas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR) elaborado pelo Banco Central do Brasil. São garantidos por aval da Companhia ou SLC Participações S.A., e, em algumas operações, pelo penhor da safra. A periodicidade das suas amortizações é anual, com vencimentos entre os períodos de 23/06/2014 e 30/11/2014.

Financiamento à Exportação – Financiamento das exportações de longo-prazo captado em dólar indexado a Libor 6 meses (*London Interbank Offered Rate*) mais taxa pré fixada: NCE (Nota de Crédito de Exportação) e PPE (Pré Pagamento de Exportação), periodicidade das suas amortizações é anual ou semestral, vencimento final em 09/04/2019. Garantidos por aval da Companhia ou SLC Participações S.A. com hipoteca de terras ou “clean”. Estes contratos preveem o cumprimento de certos compromissos (“covenants”) aprovados pela SLC Agrícola (Liquidez Corrente, Participação de Capital de Terceiros, Dívida Financeira Líquida sobre o Ebitda e Liquidez de Caixa).

Capital de Giro – Linha de curtíssimo-prazo em Reais, com a finalidade de suprir a necessidade de caixa, com vencimento final entre 22/01/2014 e 28/11/2014. Sem exigência de garantias.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentam a seguinte composição:

Anos de vencimento	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
2013	-	290.100	-	435.498
2014	<b>481.354</b>	109.633	<b>692.418</b>	124.793
2015	<b>154.789</b>	94.085	<b>167.725</b>	102.022
2016	<b>127.958</b>	64.112	<b>136.143</b>	66.249
2017	<b>62.497</b>	43.679	<b>69.220</b>	44.345
2018	<b>40.127</b>	19.109	<b>45.308</b>	19.775
Após 2018	<b>51.425</b>	18.001	<b>59.475</b>	18.178
	<b>918.150</b>	638.719	<b>1.170.289</b>	810.860

A exposição do grupo ao risco de liquidez é divulgada na nota explicativa 21.

#### **Cláusulas contratuais de compromissos financeiros (*Covenants*)**

Os contratos classificados como “Financiamentos a Exportação”, anteriormente descritos, prevêem o cumprimento de compromissos financeiros (*Covenants*) das datas base de encerramento de cada exercício social aplicáveis ao Grupo. Abaixo a descrição dos mesmos:

- i. Índice de liquidez corrente (AC/PC): ativo circulante dividido pelo passivo circulante consolidado, igual ou superior a 1,2x (um vírgula duas vezes)
- ii. Passivo total consolidado/ patrimônio líquido tangível: passivo total dividido pelo patrimônio líquido menos os ativos intangíveis do consolidado, igual ou inferior a 1,5x (um vírgula cinco vezes)
- iii. Alavancagem líquida consolidado (dívida líquida financeira total consolidado/EBITDA consolidado): empréstimos e financiamentos totais, menos a posição de caixa, bancos e "equivalentes de caixa", menos os investimentos de curto prazo, dividido pelo resultado operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização dos últimos 12 (doze) meses, igual ou inferior a 4,0x (quatro vezes).
- iv. Liquidez de caixa consolidado: posição de caixa, bancos e "equivalentes de caixa" mais aplicações de curto prazo, igual ou superior a R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais).

A Companhia está em conformidade com as cláusulas de compromisso.

#### **15 Provisão para riscos tributários, ambientais e trabalhistas**

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou provisão para contingências trabalhistas no valor de R\$793 (R\$1.226 no consolidado), R\$1.311 em 31 de dezembro de 2012 (R\$2.101 consolidado), que referem-se a ações judiciais movidas por ex-funcionários, cuja probabilidade de perda foi apontada como provável por nossa assessoria jurídica. A provisão para contingência trabalhista está registrada na rubrica com este nome no passivo circulante. A Companhia possui o valor de R\$3.634 (R\$5.125 no consolidado), referente a processos trabalhistas cuja perda foi considerada como possível pela assessoria jurídica e, consequentemente, nenhuma provisão para estas ações foi registrada.

A Companhia registrou provisão para processos ambientais no valor de R\$400 (R\$400 no consolidado), cuja probabilidade de perda foi apontada como provável por nossa assessoria jurídica. A provisão para processo ambiental está registrada na rubrica com o nome outras provisões no passivo circulante. A Companhia identifica ainda a existência de processos ambientais cujo risco de perda, de acordo com sua assessoria jurídica, é possível para o valor de aproximadamente R\$2.084 na controladora e R\$2.400 no consolidado (R\$8.131 em 31 de dezembro de 2012 na controladora e R\$8.447 no consolidado), para os quais não há provisão contabilizada. Estes processos referem-se a ações movidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e pela Polícia Militar Ambiental, de Cassilândia - MS.

A seguir apresentamos a movimentação das provisões:

	Controladora			
	Tributárias	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	160	1.311	-	1.471
Novos processos e complementos	-	399	400	799
(-) Reversões	-	(917)	-	(917)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	160	793	400	1.353

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	160	2.101	-	2.261
Novos processos e complementos	-	675	400	1.075
(-) Reversões	-	(1.550)	-	(1.550)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	160	1.226	400	1.786

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2009 provisão para contingência tributária no valor de R\$160 (controladora e consolidado), a título de honorários de sucumbência, referente a processo contra a união para declarar o direito de considerar o valor da BTNF ajustado segundo a variação do IPC ocorrida durante todo o ano de 1990, para efeito da correção monetária de suas demonstrações financeiras no período-base de 1990, cuja probabilidade de perda é provável segundo a assessoria jurídica. O valor do tributo possui depósito judicial. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui o valor de R\$2.800 (R\$2.800 no consolidado), referente a processos tributários cuja perda foi considerada como possível pela assessoria jurídica e, consequentemente, nenhuma provisão para estas ações foi registrada.

A Companhia respeita e procura atender a todas as questões ambientais, legais ou não, e faz do respeito ao meio ambiente, colaboradores e demais partes interessadas um dos compromissos fundamentais do seu trabalho, combinando o emprego de técnicas agrícolas de vanguarda com a adoção de práticas voltadas à sustentabilidade. Estas ações tomam proporções maiores que o mero cumprimento da legislação, reforçadas através do processo atual de implantação de um Sistema de Gestão Integrado - SGI, balizado nas normas ISO 14001:2004 (Gestão Ambiental), OHSAS 18001:2007 (Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional) e NBR 16001:2004 (Gestão da Responsabilidade Social).

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos.

## 16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados a seguinte natureza:

Descrição	Controladora					
	2013			2012		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
<b>Ativos:</b>						
Diferenças temporárias:						
Tributos da atividade não incentivada	138	-	138	138	-	138
Provisão para ajuste de estoque	39	14	53	1.071	386	1.457
Provisão para PPR	1.409	507	1.916	721	260	981
Provisão para perdas tributárias	500	180	680	500	180	680
Operações com derivativos	14.278	5.138	19.416	9.333	3.359	12.692
Provisão para Senar	752	271	1.023	603	260	863
Outras	1.082	389	1.471	1.195	387	1.582
Prejuízos fiscais e base negativa	40.775	14.876	55.651	15.829	5.896	21.725
	58.973	21.375	80.348	29.390	10.728	40.118
<b>Passivos:</b>						
Depreciação incentivada atividade rural*	57.265	20.616	77.881	51.423	18.512	69.935
Ganho de barganha em aquisição de participação societária	5.539	1.994	7.533	5.539	1.994	7.533
Custo atribuído ativo imobilizado	24.412	8.788	33.200	26.172	9.421	35.593
Valor justo ativos biológicos	8.812	3.172	11.984	1.122	404	1.526
Capitalização de juros sobre empréstimos	1.244	448	1.692	1.126	405	1.531
	97.272	35.018	132.290	85.382	30.736	116.118
Total líquido	(38.299)	(13.643)	(51.942)	(55.992)	(20.008)	(76.000)
Classificado no passivo não circulante	(38.299)	(13.643)	(51.942)	(55.992)	(20.008)	(76.000)

Descrição	Consolidado					
	2013			2012		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
<b>Ativos:</b>						
Diferenças temporárias:						
Tributos da atividade não incentivada	<b>138</b>	-	<b>138</b>	138	-	138
Provisão para ajuste de estoque	<b>53</b>	<b>19</b>	<b>72</b>	1.109	400	1.509
Provisão para PPR	<b>1.924</b>	<b>691</b>	<b>2.615</b>	963	347	1.310
Provisão para perdas tributárias	<b>500</b>	<b>180</b>	<b>680</b>	500	180	680
Provisão custo transação emissão ações				1.549	557	2.106
Operações com derivativos	<b>21.746</b>	<b>7.853</b>	<b>29.599</b>	16.430	5.914	22.344
Provisão para Senar	<b>1.303</b>	<b>471</b>	<b>1.774</b>	989	355	1.344
Outras	<b>2.919</b>	<b>1.024</b>	<b>3.943</b>	1.606	579	2.185
Prejuízos fiscais e base negativa	<b>53.491</b>	<b>19.453</b>	<b>72.944</b>	17.979	6.670	24.649
	<b>82.074</b>	<b>29.691</b>	<b>111.765</b>	41.263	15.002	56.265
<b>Passivos:</b>						
Depreciação incentivada atividade rural*	<b>94.576</b>	<b>33.944</b>	<b>128.520</b>	80.841	28.985	109.826
Ganho de barganha em aquisição de participação societária	<b>5.648</b>	<b>2.033</b>	<b>7.681</b>	5.647	2.033	7.680
Custo atribuído ativo imobilizado	<b>267.586</b>	<b>97.186</b>	<b>364.772</b>	277.300	100.568	377.868
Valor justo ativos biológicos	<b>17.710</b>	<b>6.377</b>	<b>24.087</b>	10.237	3.686	13.923
Capitalização de juros sobre empréstimos	<b>1.906</b>	<b>688</b>	<b>2.594</b>	1.674	602	2.276
Outras	-	-	-	397	143	540
	<b>387.426</b>	<b>140.228</b>	<b>527.654</b>	376.096	136.017	512.113
Total líquido	( <b>305.352</b> )	( <b>110.537</b> )	( <b>415.889</b> )	(334.833)	(121.015)	(455.848)
Classificado no ativo não circulante	<b>2.885</b>	<b>1.039</b>	<b>3.924</b>	1.684	607	2.291
Classificado no passivo não circulante	( <b>308.237</b> )	( <b>111.576</b> )	( <b>419.813</b> )	(336.517)	(121.622)	(458.139)

(\*) Conforme legislação tributária empresas de atividade agrícola podem se beneficiar da depreciação acelerada incentivada de seus investimentos na atividade agrícola.

A Companhia e suas controladas, baseadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O estudo técnico considera os investimentos e os incentivos de redução de imposto de renda de até 75% sobre o lucro da exploração das fazendas localizadas em regiões incentivadas.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>2013</b>	-	37.449	-	49.984
<b>2014</b>	<b>38.193</b>	978	<b>43.387</b>	3.545
<b>2015</b>	<b>29.936</b>	1.691	<b>33.436</b>	2.736
<b>2016</b>	<b>12.219</b>	-	<b>25.967</b>	-
<b>2017</b>	-	-	<b>3.122</b>	-
<b>2018</b>	-	-	<b>5.853</b>	-
	<b>80.348</b>	40.118	<b>111.765</b>	56.265

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

### **Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais**

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

Conciliação da alíquota efetiva da controladora:

	<b>Controladora</b>			
	<b>2013</b>		<b>2012</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<b>84.695</b>	<b>84.695</b>	36.617	36.617
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(21.174)	(7.623)	(9.154)	(3.296)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Resultado de equivalência patrimonial	<b>30.193</b>	<b>10.869</b>	13.430	4.835
Adições permanentes	(1.613)	(580)	(1.542)	(555)
Outros	<b>593</b>	<b>213</b>	(1.640)	(590)
Valor registrado no resultado	<b>7.999</b>	<b>2.879</b>	1.094	394
Total dos impostos e contribuições sobre a renda		<b>10.878</b>		1.488
Impostos diferidos		<b>10.878</b>		1.488
Taxa efetiva			-12,8%	-4,1%

Conciliação da alíquota efetiva do consolidado:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2013</b>		<b>2012</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<b>125.584</b>	<b>125.584</b>	72.531	72.531
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(31.396)	(11.303)	(18.133)	(6.528)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Exclusões permanentes	<b>134</b>	<b>48</b>	120	43
Adições permanentes	(5.257)	(1.893)	(4.619)	(1.663)
Incentivos fiscais de controladas	<b>3.802</b>	-	3.152	-
Imposto de Renda e Contribuição social em empresas tributadas pelo regime de lucro presumido	<b>11.512</b>	<b>4.130</b>	(351)	(140)
Eliminação Lucro não realizado	(46)	(17)	(2.876)	(1.036)
Outros	<b>1.172</b>	<b>133</b>	(1.479)	(591)
Valor registrado no resultado	<b>(20.079)</b>	<b>(8.902)</b>	(24.186)	(9.915)
Total dos impostos e contribuições sobre a renda		<b>(28.981)</b>		(34.101)
Impostos diferidos		<b>17.460</b>		(3.577)
Impostos correntes		<b>(46.441)</b>		(30.524)
Taxa efetiva			<b>23,1%</b>	47,0%

### **Conciliação da variação do imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social, registrados em contas de ativo e passivo, no consolidado, tem a sua movimentação demonstrada como segue:

	Controladora			Consolidado		
	2012	2013	Variação	2012	2013	Variação
Ativo diferido	-	-	-	2.291	3.924	1.633
Passivo diferido	(76.000)	(51.942)	24.058	(458.139)	(419.813)	38.326
			24.058			39.959
Reflexos no Patrimônio Líquido						
Operações com derivativos		12.704			11.571	
Custo atribuído ativo imobilizado		2.393			13.096	
		15.097			24.667	
Reflexos no Resultado						
Operações com derivativos		(5.980)			(4.316)	
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa		33.926			48.295	
Depreciação acelerada incentivada		(7.946)			(18.694)	
Valor justo ativos biológicos		(10.458)			(10.164)	
Outros		(581)			171	
		8.961			15.292	

## 17 Títulos a pagar – Consolidado

A Companhia, por meio de suas controladas, possui contratos referentes a compra de terras, para seu uso e exploração. Estas aquisições normalmente são indexadas pela cotação da saca de soja na região em que o imóvel foi adquirido. Desta forma, os valores futuros mínimos serão normalmente estimados em quantidades de sacas de soja, na data de cada balanço.

A seguir demonstramos a movimentação desta rubrica:

	Indexados em Sacas de Soja	Preço Fixo	Indexados em IGP-M	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	142.770	39.364	-	182.134
Adições por aquisições de áreas	2.178	7.884	34.074	44.136
Pagamentos	(40.382)	(20.557)	(3.530)	(64.469)
Variação monetária	(7.362)	-	-	(7.362)
Juros	-	-	1.271	1.271
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>97.204</b>	<b>26.691</b>	<b>31.815</b>	<b>155.710</b>
(-) Parcela classificada no circulante	(67.988)	(26.691)	(31.815)	(126.494)
<b>Parcela classificada no não circulante</b>	<b>29.216</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>29.216</b>

Os pagamentos mínimos futuros de títulos a pagar, em reais e em sacas de soja, quando for o caso, são assim resumidos:

	R\$	Sacas
Pagamentos a preço fixo	26.691	
Pagamentos em até 1 ano	26.691	
Pagamentos a Indexados em IGP-M	31.815	
Pagamentos em até 1 ano	31.815	
Pagamentos indexados a saca de soja	97.204	
Pagamentos em até 1 ano	67.988	1.280.173
Pagamentos em mais de 1 ano e até 2 anos	11.726	216.081
Pagamentos em mais de 2 anos e até 3 anos	11.726	216.081
Pagamentos em mais de 3 anos e até 4 anos	5.764	106.202
	155.710	1.818.537

## **18 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2013, o Capital Social subscrito, no valor de R\$557.434 está representado por 98.897.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A seguir apresentamos como estão distribuídas as ações ordinárias nominativas entre os acionistas:

Acionista	Número de Ações	
	2013	2012
SLC Participações S.A.	<b>50.469.371</b>	50.469.371
Administradores	<b>4.404</b>	5
Ações em Tesouraria	<b>415.285</b>	558.785
Outros	<b>48.008.440</b>	47.869.339
Total ações do capital integralizado	<b>98.897.500</b>	98.897.500
(-) Ações em Tesouraria	<b>(415.285)</b>	(558.785)
Total de ações – ex-tesouraria	<b>98.482.215</b>	98.338.715

### **b. Reserva de capital - Ágio na emissão de ações**

Representada pelos ágios recebidos nas ofertas públicas de ações ocorridas em junho de 2007 e junho de 2008 e pelo ágio na venda de ações em tesouraria realizados em conexão com os planos de opções de ações, deduzidos dos custos de emissões dessas ações (comissões, honorários e outras despesas), líquidos dos efeitos tributários em conformidade com o CPC 10 (R1) (IFRS 2).

### **c. Ações em tesouraria**

A Companhia realizou aquisição de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior utilização no Plano de Opção de Compra de Ações (Nota 23), conforme deliberação do Conselho de Administração, em reunião realizada em 29 de outubro de 2008.

O saldo de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2013 é de R\$7.019 e está composto por 415.285 ações (R\$7.749 em 31 de dezembro de 2012, composto por 558.785 ações).

O ágio líquido na realização das ações em tesouraria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$469 (R\$1.051 em 31 de dezembro de 2012). O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na última cotação em bolsa, anterior à data de encerramento do exercício social foi de R\$8.472 (R\$20,40 por ação) em 31 de dezembro de 2013 e R\$10.924 (R\$19,55 por ação) em 31 de dezembro de 2012.

### **d. Reserva legal**

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício limitada a 20% do capital social. Conforme previsão do Estatuto Social em seu artigo 35, alínea a, no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, desta forma, para o ano findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não constituiu reserva legal.

### **e. Reserva para expansão**

De acordo com disposições do Artigo 194 da Lei 6.404/76 e do Artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, será formada uma Reserva para Expansão com base no lucro que remanescer após as deduções legais e estatutárias, com a finalidade de aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o valor do Capital Social.

Em 17 de abril de 2013, através de Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a destinação do

valor de R\$37.320 para Reserva de Expansão.

**f. Reserva de retenção de lucros**

O saldo em 30 de setembro de 2013, refere-se ao saldo remanescente de resultados acumulados do exercício de 2007, que foi retido como reserva de retenção de lucros para a realização de novos investimentos, previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

**g. Dividendos**

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

Em 17 de abril de 2013, através de Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no valor total de R\$15.242, equivalente a 40% do lucro líquido ajustado, correspondendo a R\$0,154921 para cada ação ordinária, tendo como base o número total de ações (98.897.500) subtraído do número total de ações em tesouraria (470.085).

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Lucro líquido do exercício	<b>95.573</b>	38.105
Apropriação da reserva legal	-	-
Base de cálculo dos dividendos propostos	<b>95.573</b>	38.105
Dividendo mínimo obrigatório	<b>23.893</b>	9.526
Dividendo adicional proposto	<b>14.336</b>	5.716
Dividendos propostos	<b>38.229</b>	15.242
% sobre o lucro líquido	<b>40%</b>	40%

**h. Lucro líquido por ação**

De acordo com o CPC 41 – Resultado por ação (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício do Consolidado e da Controladora com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído.

A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que referem-se aos planos de opções de ações. Para estes planos de opções de ações é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados aos planos de opções de ações aprovadas a partir de 2007. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício dos planos de opções de ações.

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	
<b>Numerador</b>			
Lucro líquido do exercício (a)	<b>95.573</b>	38.105	<b>95.573</b>
<b>Denominador</b>			
Média ponderada do número de ações ordinárias (b)	<b>98.419.162</b>	98.338.715	<b>98.419.162</b>
Média ponderada do número de ações ordinárias considerando efeitos dilutivos (c)	<b>98.986.060</b>	98.911.626	<b>98.986.060</b>
Lucro (prejuízo) básico por ação ordinária (a/b)	<b>0,971</b>	0,387	<b>0,971</b>
Lucro (prejuízo) diluído por ação ordinária (a/c)	<b>0,966</b>	0,385	<b>0,966</b>

### i. Ajustes sobre o custo atribuído

A Companhia identificou no trimestre findo em 31 de dezembro de 2013 algumas diferenças no processamento dos ajustes referentes à adoção do custo atribuído em 2010, bem como nos reflexos no imposto de renda e contribuição social deferidos que resultaram em uma redução total de R\$304 no valor total do ativo imobilizado e do custo atribuído no patrimônio líquido.

A administração decidiu por não reapresentar os valores correspondentes de períodos anteriores, nos termos do CPC 23 e IAS 8, tendo em vista que os impactos apurados sobre a posição patrimonial e financeira, resultado do período e fluxo de caixa foram considerados irrelevantes no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## 19 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Despesas financeiras:</b>				
Juros passivos	(45.715)	(32.741)	(58.086)	(45.881)
Variação cambial	(23.473)	(18.460)	(37.990)	(25.607)
Variação monetária	(20.164)	(15.137)	(64.301)	(130.969)
Perdas com operações de derivativos	(15.961)	(14.667)	(11.443)	(15.141)
Outras	(2.216)	(2.470)	(3.774)	(3.809)
	<b>(107.529)</b>	<b>(83.475)</b>	<b>(175.594)</b>	<b>(221.407)</b>
<b>Receitas financeiras:</b>				
Receitas de aplicações financeiras	<b>9.103</b>	7.305	<b>19.818</b>	13.278
Variação cambial	<b>19.610</b>	19.722	<b>34.733</b>	30.434
Variação monetária	<b>31.649</b>	25.310	<b>82.049</b>	85.569
Ganhos com operações de derivativos	<b>13.067</b>	18.704	<b>13.540</b>	19.107
Outras	<b>533</b>	301	<b>559</b>	429
	<b>73.962</b>	71.342	<b>150.699</b>	148.817
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(33.567)</b>	<b>(12.133)</b>	<b>(24.895)</b>	<b>(72.590)</b>

## 20 Compromissos

### 20.1 Contratos de venda para entrega futura

A Companhia e suas controladas têm contratos de venda para entrega futura com alguns clientes, conforme demonstrado a seguir:

Companhia					
Produto	Data de Entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Preço
<b>Safra 12/13</b>					
Algodão em Pluma	Jan-Jun/14	28.025	15	ton	\$2.031,24
<b>Safra 13/14</b>					
Algodão em Pluma	Ago/14-Mar/15	36.604	10	ton	\$1.959,28
Algodão em Pluma	Ago-Dez/14	1.000	1	ton	a fixar
Soja	Fev-Mai/14	1.939.030	19	sc	\$23,28
Milho	Mar-Dez/14	666.667	5	sc	R\$ 29,69

Consolidado					
Produto	Data de Entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Preço
<b>Safra 12/13</b>					
Algodão em Pluma	Jan-Jun/14	38.073	25	ton	\$2.031,24
<b>Safra 13/14</b>					
Algodão em Pluma	Ago/14-Mar/15	58.404	16	ton	\$1.959,28
Algodão em Pluma	Ago-Dez/14	1.000	1	ton	a fixar
Soja	Fev-Mai/14	5.002.555	51	sc	\$22,36
Milho	Mar-Dez/14	792.333	7	sc	R\$ 29,89

## 20.2 Contratos de arrendamentos de terceiros

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuem contratados 116.329 hectares de arrendamento de terceiros, assim distribuídos:

Unidade	Localização	Área arrendada (em ha)	Vencimentos dos contratos	Valores (em sacas de soja/ha/ano)	Tipo do arrendamento
Pamplona	Cristalina-GO	1.152	2014 a 2018	10	Operacional
Planalto	Costa Rica-MS	1.603	2014 a 2016	17,58	Operacional*
Planeste	Balsas-MA	15.809	2014 a 2023	1 a 11	Operacional
Panorama	Correntina-BA	14.404	2014 a 2023	7,26 a 7,97	Operacional
Piratini	Jaborandi-BA	5.000	2021	3,72 a 8,00	Operacional
Palmares	Barreiras-BA	19.471	2023	9 a 10,10	Operacional
Parnaíba	Tasso Fragoso-MA	21.116	2026	2 a 10	Operacional
Paiaguás	Diamantino-MT	2.360	2014 a 2020	8,5	Operacional
Pejuçara	Diamantino-MT	8.089	2020	9 a 9,5	Operacional
Parceiro	Formosa do Rio Preto-BA	5.428	2020	2 a 7	Operacional
Paladino	São Desidério - BA	21.897	2023	10	Operacional
<b>Total</b>		<b>116.329</b>			

(\*) Renovação anual. A Companhia arrenda esta área desde o ano de 1999.

Os compromissos futuros relacionados a esses contratos estão fixados em sacas de soja de acordo com o preço médio, na região de cada unidade, na data do seu respectivo pagamento.

Além do arrendamento de terras de culturas, a Companhia possui contratado o aluguel operacional de unidade de beneficiamento de algodão na Fazenda Palmares (em Barreiras-BA, por R\$1.500 por ano, até o ano de 2015).

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos e aluguéis mercantis operacionais, em reais, da Companhia, são assim resumidos:

	Controladora	Consolidado
Pagamentos em até 1 ano	26.583	45.443
Pagamentos em mais de 1 ano e até 5 anos	141.205	253.541
Pagamentos em mais de 5 anos	94.858	236.249
<b>Total de pagamentos mínimos futuros de arrendamentos</b>	<b>262.646</b>	<b>535.233</b>

Cabe destacar que os contratos de arrendamento com terceiros da Companhia são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade de produção. Por este motivo, os valores futuros mínimos serão normalmente estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para Reais utilizando-se a cotação da soja em cada região, na data de cada balanço. Os valores dos pagamentos mínimos acima demonstrados poderão sofrer significativa variação até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado de soja.

Em relação aos contratos de arrendamento com terceiros informamos também que: (i) não temos cláusulas de pagamento contingente; (ii) não há termos de renovação ou de opções de compra, exceto para o contrato da Fazenda Planalto, relativo à 1.657 ha, o qual tem renovação anual; (iii) nossos contratos são indexados à variação do preço da saca de soja, conforme divulgado acima, não existindo outras cláusulas de reajustamento; (iv) não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

A controlada Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A. possui contrato de parceria agrícola, que tem como objeto a exploração da propriedade agrícola, pertencente à Agropecuária Roncador S.A., por meio do cultivo de soja. Em cada safra, um percentual da produção servirá como pagamento pela exploração, a partir da safra 2014/15 até 2028, percentual esse que depende da produtividade obtida.

## 21 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As receitas de vendas da Companhia e de suas controladas são geradas principalmente pela comercialização de *commodities* agrícolas como algodão, soja e milho; produtos que são cotados em dólares nas bolsas internacionais *Chicago Board of Trade - CBOT* e *Intercontinental Exchange Futures US - ICE*. Desta forma, a volatilidade do preço internacional da *commodity* e da taxa de câmbio são riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pós-fixadas.

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo da Controladora e do Consolidado, em 31 de dezembro de 2013, era, respectivamente, R\$349.564 e R\$382.436, calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, e pode ser comparado com o valor contábil de R\$436.796 e R\$477.871 (nota explicativa 14).

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	2013	2012	2013	2012
<b>Ativos</b>				
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>				
Caixa e equivalente de caixa	82.284	30.799	82.284	30.799
Aplicações financeiras CP	63.363	13.358	63.363	13.358
Contas à receber de clientes	38.520	36.549	38.520	36.549
Mútuos e arrendamentos	12.551	13.586	12.551	13.586
Títulos e créditos a receber	18.908	25.829	16.602	23.941
<b>Subtotal</b>	<b>215.626</b>	<b>120.121</b>	<b>213.320</b>	<b>118.233</b>
<b>Valor justo de instrumentos hedge</b>				
Operações com derivativos	6.438	6.845	6.438	6.845
<b>Subtotal</b>	<b>6.438</b>	<b>6.845</b>	<b>6.438</b>	<b>6.845</b>
<b>Total Ativos</b>	<b>222.064</b>	<b>126.966</b>	<b>219.758</b>	<b>125.078</b>

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	2013	2012	2013	2012
<b>Passivos</b>				
<b>Passivos pelo custo amortizado</b>				
Financiamentos e empréstimos	918.150	638.719	845.226	674.738
Fornecedores	137.893	78.151	137.893	78.151
Partes relacionadas	9.174	18.522	9.174	18.522
Outras à pagar	49.280	35.784	49.280	35.784
Títulos à pagar	-	600	-	600
<b>Subtotal</b>	<b>1.114.497</b>	<b>771.776</b>	<b>1.041.573</b>	<b>807.795</b>
<b>Valor justo de instrumentos hedge</b>				
Derivativos à pagar	28.823	18.376	28.823	18.376
<b>Subtotal</b>	<b>28.823</b>	<b>18.376</b>	<b>28.823</b>	<b>18.376</b>
<b>Total Passivos</b>	<b>1.143.320</b>	<b>790.152</b>	<b>1.070.396</b>	<b>826.171</b>

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	2013	2012	2013	2012
<b>Ativos</b>				
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>				
Caixa e equivalente de caixa	232.354	143.888	232.354	143.888
Aplicações financeiras CP	160.623	13.358	160.623	13.358
Contas à receber de clientes	62.438	55.271	62.438	55.271
Títulos e créditos à receber	18.908	25.829	16.602	23.941
<b>Subtotal</b>	<b>474.323</b>	<b>238.346</b>	<b>472.017</b>	<b>236.458</b>
<b>Valor justo de instrumentos hedge</b>				
Operações com derivativos	7.216	7.223	7.216	7.223
<b>Subtotal</b>	<b>7.216</b>	<b>7.223</b>	<b>7.216</b>	<b>7.223</b>
<b>Total Ativos</b>	<b>481.539</b>	<b>245.569</b>	<b>479.233</b>	<b>243.681</b>

	Passivos			
	Passivos pelo custo amortizado		Valor justo	
	2013	2012	2013	2012
<b>Passivos</b>				
<b>Passivos pelo custo amortizado</b>				
Financiamentos e empréstimos	1.170.289	810.860	1.086.509	848.465
Fornecedores	236.217	137.758	236.217	137.758
Outras à pagar	66.126	61.980	66.126	61.980
Títulos à pagar	155.710	182.134	131.693	156.914
<b>Subtotal</b>	<b>1.628.342</b>	<b>1.192.732</b>	<b>1.520.545</b>	<b>1.205.117</b>
<b>Valor justo de instrumentos hedge</b>				
Derivativos à pagar	32.244	20.833	32.244	20.833
<b>Subtotal</b>	<b>32.244</b>	<b>20.833</b>	<b>32.244</b>	<b>20.833</b>
<b>Total Passivos</b>	<b>1.660.586</b>	<b>1.213.565</b>	<b>1.552.789</b>	<b>1.225.950</b>

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente, foi realizada utilizando o seguinte critério:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente.

	Controladora					
	2013			2012		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos</b>						
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>						
Caixa e equivalente de caixa	82.284	-	-	30.799	-	-
Aplicações financeiras CP	63.363	-	-	13.358	-	-
Contas à receber de clientes	-	38.520	-	-	36.549	-
Míticos e arrendamentos	-	12.551	-	-	13.586	-
Títulos e créditos a receber	-	16.602	-	-	23.941	-
Subtotal	145.647	67.673	-	44.157	74.076	-
<b>Valor justo de instrumentos hedge</b>						
Operações com derivativos	-	6.438	-	-	6.845	-
Subtotal	-	6.438	-	-	6.845	-
<b>Total Ativos</b>	<b>145.647</b>	<b>74.111</b>	<b>-</b>	<b>44.157</b>	<b>80.921</b>	<b>-</b>

	Consolidado					
	2013			2012		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos</b>						
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>						
Caixa e equivalente de caixa	232.354	-	-	143.888	-	-
Aplicações financeiras CP	160.623	-	-	13.358	-	-
Contas à receber de clientes	-	62.438	-	-	55.271	-
Títulos e créditos a receber	-	16.602	-	-	23.941	-
Subtotal	392.977	79.040	-	157.246	79.212	-
<b>Valor justo de instrumentos hedge</b>						
Operações com derivativos	-	7.216	-	-	7.223	-
Subtotal	-	7.216	-	-	7.223	-
<b>Total Ativos</b>	<b>392.977</b>	<b>86.256</b>	<b>-</b>	<b>157.246</b>	<b>86.435</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>						
<b>Passivos pelo custo amortizado</b>						
Financiamentos e empréstimos	750.345	336.164	-	463.311	385.154	-
Fornecedores	-	236.217	-	-	137.758	-
Outras à pagar	-	66.126	-	-	61.980	-
Títulos à pagar	-	131.693	-	-	156.914	-
Subtotal	750.345	770.200	-	463.311	741.806	-
<b>Valor justo de instrumentos hedge</b>						
Derivativos a pagar	-	32.244	-	-	20.833	-
Subtotal	-	32.244	-	-	20.833	-
<b>Total Passivos</b>	<b>750.345</b>	<b>802.444</b>	<b>-</b>	<b>463.311</b>	<b>762.639</b>	<b>-</b>

**a. Política de utilização, objetivos e estratégias**

O objetivo da utilização de instrumentos de derivativos financeiros pela Companhia e suas controladas é a proteção das margens operacionais (EBITDA). A Companhia criou um Comitê Executivo de Gestão de Riscos em julho de 2008 e aprovou a Política de Gestão de Riscos na reunião do Conselho de Administração de 29 de outubro de 2008. O Comitê Executivo de Gestão de Riscos é o órgão de ligação entre o Conselho de Administração e a Diretoria da Empresa. Sua missão envolve o apoio cotidiano às decisões da Diretoria, o monitoramento da obediência aos limites de risco estabelecidos e, quando o caso, a análise e avaliação preliminares de propostas de ajustes ou reformulação de políticas ou limites de risco para posterior submissão à deliberação do Conselho de Administração.

As operações de derivativos financeiros são realizadas com instituições financeiras de primeira linha (instituições do país com “Rating” de no mínimo “A” em pelo menos uma das três principais agências internacionais classificadoras de risco a saber: Moody’s, S&P e/ou Fitch), observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, de *commodities* e juros de suas contrapartes, regularmente.

**b. Ganhos (perdas) em instrumentos financeiros no patrimônio líquido da controladora e consolidado**

As operações de contratos a termo (NDF) e as operações de *Trade Finance* (PPE / NCE / Res. 2770) são fixadas visando proteger a exposição das vendas futuras em dólar. Essas operações são documentadas para registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”), em conformidade com o CPC 38. A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados destes instrumentos contratados para operações próprias ou contratadas no âmbito consolidado para cobertura de vendas futuras.

**c. Risco de câmbio**

Com o objetivo de proteção das receitas de vendas, da Companhia e suas controladas, que são sujeitas à volatilidade da cotação do câmbio, são utilizados instrumentos de derivativos financeiros, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de termo de moeda - NDF (*Non Deliverable Forward*) e Contratos de Opções.

Estas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras, em ambiente de balcão, onde não existem chamadas de margens. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação destas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto, compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de derivativos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

Para análise da exposição ao risco da taxa de câmbio é atualizado constantemente o *Business Plan*, considerando as seguintes premissas: (I) projeção de área plantada; (II) produtividade esperada; (III) preços das commodities, que são cotados na moeda dólar, considerando a média ponderada por volume dos preços das vendas realizadas e os preços de mercado do volume a vender; e, (IV) a distribuição das vendas nos períodos analisados. Após a definição do *Business Plan* e a mensuração dos itens anteriormente expostos, chega-se na exposição cambial total.

Com base no custo já formado com a compra antecipada dos principais insumos (fertilizantes, defensivos e sementes) e estimativa de custos fixos, é determinada a margem operacional esperada. Desta forma, o comitê de gestão de riscos irá executar os parâmetros descritos na política de gestão de riscos, com o objetivo de reduzir o desvio padrão da margem operacional definida como meta.

No quadro abaixo demonstramos as posições, da Companhia e suas controladas, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado, a saber:

Descrição	Valor de referência (nacional)			Valor Justo (MTM)			Valor na Curva (Accrual)		
	Moeda	2013	2012	Moeda	2013	2012	Moeda	2013	2012
<b>Contratos a Termo (NDF):</b>									
Moeda estrangeira - Posição Vendida									
Vencimento em 2013	USD	-	203.626	R\$	-	(9.390)	R\$	-	(6.629)
Vencimento em 2014	USD	239.756	13.818	R\$	(25.820)	265	R\$	(21.998)	326
Vencimento em 2015	USD	12.225	-	R\$	(722)	-	R\$	(607)	-
<b>TOTAL</b>	<b>USD</b>	<b>251.981</b>	<b>217.444</b>	<b>R\$</b>	<b>(26.542)</b>	<b>(9.125)</b>	<b>R\$</b>	<b>(22.605)</b>	<b>(6.303)</b>

A seguir segue detalhamento da dívida em moeda estrangeira (dólar americano):

Contraparte	Tipo	Taxa Contratação	Notional US\$	Fair Value 2013	Fair Value 2012	Variação Cambial <sup>1</sup>	Valor Contábil
Banco Itaú BBA S/A	NCE	R\$1.5611	<b>25.000</b>	<b>58.565</b>	71.691	(19.062)	59.573
Banco Itaú BBA S/A	NCE	R\$1.7800	<b>40.000</b>	<b>93.704</b>	102.415	(22.504)	95.093
Banco Itaú BBA S/A	NCE	R\$1.9418	<b>50.000</b>	<b>117.130</b>	102.415	(20.040)	118.035
Banco Bradesco S/A	PPE	R\$1.5713	<b>12.500</b>	<b>29.283</b>	38.406	(9.641)	29.348
Citibank S/A	NCE	R\$1.5611	<b>6.000</b>	<b>14.056</b>	36.869	(4.332)	14.063
Banco John Deere	Res. 2770	R\$2.0592	<b>8.000</b>	<b>18.741</b>	21.068	(2.238)	18.961
HSBC Bank Brasil S/A	PPE	R\$1.8210	<b>2.000</b>	<b>4.685</b>	12.290	(1.043)	4.683
<b>Total</b>			<b>143.500</b>	<b>336.164</b>	<b>385.154</b>	<b>(78.860)</b>	<b>339.756</b>

- (1) Valor diferido no patrimônio líquido (“*hedge accounting*”), em contra partida às contas no grupo de empréstimos e financiamentos.

A seguir segue detalhamento com o cronograma de vencimento das operações de derivativos e variação cambial diferida, que estão enquadradas na metodologia de “*hedge accounting*”:

Vencimento	Moeda	Contratos a Termo (NDF)	Pré-Pagamento de Exportação (PPE)*	Cédula de Crédito à Exportação (NCE)*	Res. 2770	Total	
Até 31/03/2014	USD	(8.260)	-	-	-	(8.260)	
Até 30/06/2014	USD	(5.940)	-	(4.332)	-	(10.272)	
Até 30/09/2014	USD	(3.693)	-	-	-	(3.693)	
Até 31/12/2014	USD	(7.927)	(1.043)	-	-	(8.970)	
Até 31/03/2015	USD	(687)	-	-	-	(687)	
Até 30/06/2015	USD	(35)	-	-	-	(35)	
Até 31/12/2015	USD	-	(9.641)	-	-	(9.641)	
Até 31/03/2016	USD	-	-	(19.062)	-	(19.062)	
Até 31/03/2017	USD	-	-	(22.504)	-	(22.504)	
Até 30/06/2017	USD	-	-	-	(2.238)	(2.238)	
Até 30/06/2019	USD	-	-	(20.040)	-	(20.040)	
<b>TOTAL</b>	<b>USD</b>	<b>(26.542)</b>	<b>(10.684)</b>	<b>(65.938)</b>	<b>(2.238)</b>	<b>(105.402)</b>	

(\*) Valores referentes variação cambial classificado como *Hedge Accounting*. O valor de referência (Nacional) tem seu vencimento apresentado na Nota 14.

No quadro abaixo demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte (da Companhia e suas controladas):

Descrição	Valor de Referência (nacional)			Valor Justo		
	Moeda	2013	2012	Moeda	2013	2012
Banco Itaú BBA S/A	USD	49.531	15.600	R\$	(5.676)	(551)
Citibank S/A	USD	8.180	27.923	R\$	(978)	95
Deutsche Bank Suiss S/A	USD	15.900	23.620	R\$	(542)	431
HSBC Bank Brasil S/A	USD	9.530	16.614	R\$	(2.106)	(2.535)
Banco Bradesco S/A	USD	42.968	28.059	R\$	(3.949)	(1.218)
Banco Votorantim S/A	USD	25.480	29.113	R\$	(3.275)	(1.027)

Descrição	Valor de Referência (nacional)			Valor Justo		
	Moeda	2013	2012	Moeda	2013	2012
Morgan Stanley S/A	USD	-	10.750	R\$	-	(1.637)
Banco J.P. Morgan S/A	USD	48.343	35.100	R\$	(5.004)	(1.392)
BofA Merrill Lynch S/A	USD	5.550	6.903	R\$	(871)	18
Banco Santander Brasil S/A	USD	26.879	23.762	R\$	(1.905)	(1.309)
Banco ABC Brasil S.A.	USD	14.940	-	R\$	(2.188)	-
Banco Indusval & Partners	USD	4.680	-	R\$	(48)	-
<b>Total</b>	<b>USD</b>	<b>251.981</b>	<b>217.444</b>	<b>R\$</b>	<b>(26.542)</b>	<b>(9.125)</b>

Para determinação do valor justo das operações foram utilizados os seguintes critérios:

- Contratos a Termo (NDF) - foi considerada a curva futura do dólar publicada pela BM&F ([www.bmf.com.br](http://www.bmf.com.br)) no fechamento de cada período. Com base nesta informação, o ajuste projetado no vencimento de cada operação é descontado pela curva de juros entre a Ptax de fechamento do período e a cotação futura no vencimento do derivativo publicado pela BM&F.

### **Riscos da variação da taxa de câmbio**

A Companhia projetou o impacto potencial das operações destinadas à proteção cambial e do endividamento em dólares em 5 cenários para os exercícios de 2014 e 2015, conforme segue:

- Cenário Provável: Com base no relatório FOCUS (BACEN) divulgado no dia 27 de dezembro de 2013, definimos o cenário provável com a cotação do dólar R\$ 2,4500.
- Queda de 25% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 1,8375, equivalente a 25% inferior à cotação do Cenário Provável.
- Queda de 50% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 1,2250, equivalente a 50% inferior à cotação do Cenário Provável.
- Aumento de 25% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 3,0625, equivalente a 25% superior à cotação do Cenário Provável.
- Aumento de 50% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 3,6750, equivalente a 50% superior à cotação do Cenário Provável.

A seguir demonstramos o resumo dos impactos consolidados em cada cenário projetado:

### **Controladora**

Descrição	Risco	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário
		Remoto	Possível	Provável	Possível	Remoto
		Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$
<b>Exercício 2014</b>		1,2250	1,8375	2,4500	3,0625	3,6750
Receitas de Vendas (objeto hedge)	Variação do Dólar	(158.283)	(79.142)	-	79.142	158.283
Contratos a Termo (NDF)	Variação do Dólar	242.960	121.480	-	(121.480)	(242.960)
<b>Subtotal</b>		<b>84.677</b>	<b>42.338</b>	-	<b>(42.338)</b>	<b>(84.677)</b>
<b>Exercício 2015</b>						
Receitas de Vendas (objeto hedge)	Variação do Dólar	(10.386)	(5.193)	-	5.193	10.386
Contratos a Termo (NDF)	Variação do Dólar	10.780	5.390	-	(5.390)	(10.780)
<b>Subtotal</b>		<b>394</b>	<b>197</b>	-	<b>(197)</b>	<b>(394)</b>
<b>Endividamento em dólares</b>						
Receitas de Vendas (objeto hedge)	Variação do Dólar	(79.712)	(39.856)	-	39.856	79.712
Trade Finance (endividamento em dólar)	Variação do Dólar	79.712	39.856	-	(39.856)	(79.712)
<b>Subtotal</b>		-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>85.071</b>	<b>42.535</b>	-	<b>(42.535)</b>	<b>(85.071)</b>

## Consolidado

Descrição	Risco	Cenário Remoto	Cenário Possível	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
		Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$
<b>Exercício 2014</b>						
Receitas de Vendas (objeto hedge)	Variação do Dólar	(268.064)	(134.032)	-	134.032	268.064
Contratos a Termo (NDF)	Variação do Dólar	293.701	146.851	-	(146.851)	(293.701)
<b>Subtotal</b>		<b>25.637</b>	<b>12.819</b>	-	<b>(12.819)</b>	<b>(25.637)</b>
<b>Exercício 2015</b>						
Receitas de Vendas (objeto hedge)	Variação do Dólar	(11.424)	(5.712)	-	5.712	11.424
Contratos a Termo (NDF)	Variação do Dólar	14.976	7.488	-	(7.488)	(14.976)
<b>Subtotal</b>		<b>3.552</b>	<b>1.776</b>	-	<b>(1.776)</b>	<b>(3.552)</b>
<b>Endividamento em dólares</b>						
Receitas de Vendas (objeto hedge)	Variação do Dólar	(79.712)	(39.856)	-	39.856	79.712
Trade Finance (endividamento em dólar)	Variação do Dólar	79.712	39.856	-	(39.856)	(79.712)
<b>Subtotal</b>		-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>29.189</b>	<b>14.595</b>	-	<b>(14.595)</b>	<b>(29.189)</b>

A seguir demonstramos a exposição líquida de câmbio:

	Controladora			
	2013		2012	
	Saldo em Reais (R\$)	Saldo dos montantes em Dólares (USD)	Saldo em Reais (R\$)	Saldo dos montantes em Dólares (USD)
Contas à Receber de Clientes (nota explicativa 7)	<b>30.833</b>	<b>13.162</b>	26.189	12.820
Trade Finance (endividamento em dólar)	(339.756)	(143.500)	(388.747)	(190.236)
<b>Exposição líquida do balanço patrimonial</b>	<b>(308.923)</b>	<b>(130.338)</b>	<b>(362.558)</b>	<b>(177.416)</b>
Estimativa de exportações	<b>658.713</b>	<b>281.189</b>	685.243	332.100
Contratos a Termo (NDF)	(485.234)	(207.135)	(371.937)	(177.960)
<b>Exposição líquida de exportações</b>	<b>173.479</b>	<b>74.054</b>	<b>313.306</b>	<b>154.140</b>
<b>Exposição Líquida</b>	<b>(135.444)</b>	<b>(56.284)</b>	<b>(49.252)</b>	<b>(23.276)</b>

	Consolidado			
	2013		2012	
	Saldo em Reais (R\$)	Saldo dos montantes em Dólares (USD)	Saldo em Reais (R\$)	Saldo dos montantes em Dólares (USD)
Contas à Receber de Clientes (nota explicativa 7)	<b>50.695</b>	<b>21.640</b>	42.834	20.967
Trade Finance (endividamento em dólar)	(339.756)	(143.500)	(388.747)	(190.236)
<b>Exposição líquida do balanço patrimonial</b>	<b>(289.061)</b>	<b>(121.860)</b>	<b>(345.913)</b>	<b>(169.269)</b>
Estimativa de exportações	<b>870.637</b>	<b>371.654</b>	831.576	406.937
Contratos a Termo (NDF)	(590.291)	(251.981)	(444.347)	(217.444)
<b>Exposição líquida de exportações</b>	<b>280.346</b>	<b>119.673</b>	<b>387.229</b>	<b>189.493</b>
<b>Exposição Líquida</b>	<b>(8.715)</b>	<b>(2.187)</b>	<b>41.316</b>	<b>20.224</b>

### d. Risco de preço

A maior parte da proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de vendas antecipadas diretamente com nossos clientes com entrega física futura (*forward contracts*). Além disso, também são utilizados contratos de futuros e opções, negociados em ambiente de bolsa, e operações financeiras de contratos de *swaps* e opções, com instituições financeiras no mercado de balcão. Estas operações são negociadas com referência em preços das *commodities* cotados no mercado futuro. Todas as operações estão relacionadas à exposição líquida da produção da Companhia e de suas controladas, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Já as operações realizadas com instituições financeiras não necessitam de margens iniciais, pois estas operações são amparadas por limite de crédito pré-

aprovado pelas instituições financeiras.

As operações financeiras de *commodities*, embora também sejam instrumentos de *hedge*, não estão registradas na forma de *hedge accounting* e, portanto, os seus efeitos estão registrados no resultado do exercício, nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

Na tabela abaixo, demonstramos os instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra variação do preço das *commodities*:

Descrição	Valor de Referência (nocial)			Valor Justo			Efeito acumulado (período atual)		
	Moeda	2013	2012	Moeda	2013	2012	Moeda	Valor a receber/ (recebido)	Valor a pagar/ (pago)
<b>Com Vencimento em 2013</b>									
Operações Financeiras									
Commodities - Algodão	USD	-	16.658	R\$	-	2.530	R\$	-	-
Commodities - Soja	USD	-	50.512	R\$	-	(4.911)	R\$	-	-
<b>Subtotal – Vencimentos em 2014</b>	<b>USD</b>	<b>-</b>	<b>67.170</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>	<b>(2.381)</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Com Vencimento em 2014</b>									
Operações Financeiras									
Commodities - Algodão	USD	32.224	-	R\$	343	-	R\$	968	(625)
Commodities - Milho	USD	574	-	R\$	45	-	R\$	45	-
Commodities - Soja	USD	10.644	12.536	R\$	2.036	(348)	R\$	3.172	(1.136)
<b>Subtotal – Vencimentos em 2014</b>	<b>USD</b>	<b>43.441</b>	<b>12.536</b>	<b>R\$</b>	<b>2.424</b>	<b>(348)</b>	<b>R\$</b>	<b>4.185</b>	<b>(1.761)</b>
<b>Total geral</b>	<b>USD</b>	<b>43.441</b>	<b>79.706</b>	<b>R\$</b>	<b>2.424</b>	<b>(2.729)</b>	<b>R\$</b>	<b>4.185</b>	<b>(1.761)</b>

As operações com *commodities* agrícolas foram negociadas em ambiente de balcão com as seguintes contrapartes: Banco Itaí BBA S/A, J.P. Morgan, Deutsche Bank, Macquarie Group Limited, Cargill Financial Service International Inc, Citibank Inc., Goldman Sachs e Barclays Capital. O valor justo dessas operações foi fornecido pela própria instituição.

### ***Riscos da variação dos preços das commodities***

A Companhia projetou o impacto das operações destinadas à proteção dos preços das commodities em 4 cenários para o exercício de 2014, em dólares por libra (USD/libra) algodão e em dólares por bushel (USD/Bushel) soja, conforme quadro à seguir:

Descrição	Risco	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário
		Remoto	Possível	Atual (CBOT e ICE)	Possível	Remoto
<b>Contratos</b>						
CTH4 (Algodão - Março/14)*	Variação do Preço	0,42	0,63	0,85	1,06	1,27
CTK4 (Algodão - Maio/14)*	Variação do Preço	0,42	0,63	0,84	1,06	1,27
CTN4 (Algodão - Julho/14)*	Variação do Preço	0,42	0,63	0,84	1,05	1,26
CTZ4 (Algodão - Dezembro/14)*	Variação do Preço	0,39	0,59	0,78	0,98	1,18
CON4(Milho - Julho/14)**	Variação do Preço	2,19	3,28	4,37	5,46	6,56
COZ4(Milho - Julho/14)**	Variação do Preço	2,25	3,38	4,50	5,63	6,75
SYK4 (Soja - Maio/14)**	Variação do Preço	6,39	9,58	12,77	15,96	19,16

\*Valores em USD/Libra

\*\*Valores em USD/Bushel

A seguir demonstramos o resumo dos impactos em cada cenário projetado, em reais por libra (R\$/Libra):

Descrição	Risco	Cenário Remoto* -50%	Cenário Possível -25%	Cenário Provável	Cenário Possível +25%	Cenário Remoto* +50%
<b>Exercício 2014</b>						
Receitas de vendas <sup>(1)</sup> Algodão - Operações Financeiras Subtotal	Variação do Preço Variação do Preço	(37.920) 37.920	(19.136) 19.136	(352) 352	18.431 (18.431)	37.215 (37.215)
Receitas de vendas <sup>(1)</sup> Milho - Operações Financeiras Subtotal	Variação do Preço Variação do Preço	(694) 694	(370) 370	(45) 45	279 (279)	604 (604)
Receitas de vendas <sup>(1)</sup> Soja - Operações Financeiras Subtotal	Variação do Preço Variação do Preço	(6.778) 6.778	(6.066) 6.066	(2.670) 2.670	6.126 (6.126)	16.485 (16.485)
<b>Total</b>		-	-	-	-	-
(1) Ptax venda final do exercício	R\$2,3426					

(\*) Os contratos atuais preveêm uma remuneração fixa mínima que é superior ao preço estimado no cenário remoto na data do balanço.

#### e. Risco de juros

Uma parcela do endividamento da Companhia está vinculada a taxas de juros pós-fixadas. As taxas de juros pós-fixadas do nosso endividamento são a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), presente nas operações de financiamento do BNDES e a Libor (*London Interbank Offered Rate*), que é a taxa de juros utilizada em empréstimos internacionais.

Para proteção contra a variação destas taxas de juros, a Companhia realiza operações de *hedge* através de operações de swap de taxas de juros com instituições financeiras de primeira linha. Estas operações consistem em uma troca de taxas de juros flutuantes por taxas de juros fixas, onde a Companhia fica com posição ativa na taxa de juros pós-fixada (TJLP ou Libor), e simultaneamente com posição passiva em uma taxa de juros pré-fixada. O valor do principal (nacional) e vencimentos da operação de *swap* é idêntico ao fluxo da dívida, objeto do *hedge*. Desta forma, elimina-se o risco de flutuação da taxa de juros pós-fixada da dívida.

A seguir segue detalhamento da operação de swap de taxas de juros e dívida indexada à taxa Libor:

Contraparte	Instrumento de Hedge	Objeto Hedgeado	Saldo do Swap (Curva do Contrato)		Saldo do Swap (MTM)		Ajuste Resultado Financeiro
			Ponta Ativa	Ponta Passiva	Ponta Ativa	Ponta Passiva	
Santander	Swap de USD 24MM (Ativo Líbor 6 meses+2%aa. / Passivo 4,68%aa.)	Dívida de USD 25MM a juros de Líbor 6 meses + 2,8%aa.	56.857	57.458	57.376	58.035	(659)
Santander	Swap de R\$ 40MM (Ativo VC / Passivo CDI.)	Dívida de USD 16,9MM a juros de 2,5075 aa.	39.762	40.017	40.631	40.828	(197)
Itaú	Swap de R\$ 46,8MM (Ativo VC+1% / Passivo 100% CDI)	Op. Compromissada de R\$ 46,8MM rentabilidade de 100% CDI	46.853	46.907	46.853	46.907	(54)
<b>Total</b>			<b>143.472</b>	<b>144.382</b>	<b>144.860</b>	<b>145.770</b>	<b>(910)</b>

#### Riscos da variação das taxas de juros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas da Companhia, com base na posição de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS (Bacen) de 27 de setembro de 2013 definimos os índices para o CDI e Câmbio, já para a taxa Libor consideramos a curva futura da BM&F também de 31 de dezembro de 2013 e para a TJLP foi considerada a taxa válida na data de encerramento do exercício. Com base nestas informações definimos o Cenário Provável para a análise e, a partir deste, foram calculadas as

variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi considerada a despesa financeira ou receita financeira bruta, não considerando incidência de tributos e o fluxo de vencimentos das dívidas e resgates das aplicações financeiras programadas para 2013. A data base da carteira foi 31 de dezembro de 2013 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

A seguir demonstramos o resumo dos impactos nos próximos 12 meses em cada cenário:

	Taxa de Juros*	Saldo em 31/12/2013	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
<b>Dívidas em Reais Taxa Pré-Fixada</b>							
Crédito Rural	6,99%	307.311	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Fundos Constitucionais	7,27%	193.757	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
BNDES	3,98%	72.389	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Capital de Giro	12,16%	65.738	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Dívidas em Reais Taxa Pós-Fixada</b>							
BNDES	TJLP	37.092	(1.987)	(2.450)	(2.914)	(3.378)	(3.841)
BNDES	UMBNDES	14.399	(1.107)	(1.107)	(1.107)	(1.107)	(1.107)
FINANCIAMENTO À EXPORTAÇÃO	112% CDI	100.085	(5.516)	(8.275)	(10.779)	(13.791)	(16.549)
<b>Dívidas em Dólares</b>							
NCE	Libor 6M + 2,48 a.a.(média)	286.763	(11.193)	(11.422)	(11.423)	(11.930)	(12.184)
PPE	Libor 6M + 2,87% a.a. (média)	34.032	(1.076)	(1.048)	(1.077)	(1.106)	(1.135)
FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO	Libor 6M + 5% a.a.	18.961	(981)	(997)	(1.014)	(1.030)	(1.047)
FRN	2,5075%	39.762	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Swap Libor x Pré**	Ativo: Libor + 2% Passivo: 4,68%	56.222	(920)	(873)	(826)	(780)	(733)
Swap VC x CDI***	Ativo: 2,5075% a.a. Passivo: CDI + 1,1% a.a.	39.762	(27)	(13)	-	13	27
<b>Aplicações Financeiras</b>							
CDB e Debêntures	99,88% CDI	392.846	19.619	29.428	39.237	49.047	58.856

(\*) Taxas médias anuais

(\*\*) Valor de R\$56.222 refere-se a conversão de USD24.000 (valor saldo empréstimo cuja oscilação na taxa Libor está sendo coberta) pela cotação do dólar em 31 de dezembro de 2013 – R\$2,3426

(\*\*\*) Valor de R\$39.762 refere-se a conversão de USD16.972 (valor saldo empréstimo cuja a variação cambial está sendo coberta) pela cotação do dólar em 31 de dezembro de 2013 – R\$2,3426

## f. Risco de crédito

Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados: *trading companies* e companhias de tecelagem entre outros que usualmente adquirem grandes volumes para garantia de negociação local e internacional. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

Em função do mencionado acima, o risco de crédito assumido não é relevante. No entanto apresentamos abaixo os saldos contábeis que estão expostos à este risco:

	Controladora			Consolidado		
	Moeda	2013	2012	Moeda	2013	2012
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalente de caixa	R\$	<b>82.284</b>	30.799	R\$	<b>232.354</b>	143.888
Aplicações financeiras CP	R\$	<b>63.363</b>	13.358	R\$	<b>160.623</b>	13.358
Contas à receber de clientes	R\$	<b>38.520</b>	36.549	R\$	<b>62.438</b>	55.271
Derivativos à receber	R\$	<b>6.438</b>	6.845	R\$	<b>7.216</b>	7.223
<b>Total</b>	R\$	<b>190.605</b>	87.551	R\$	<b>462.631</b>	219.740

**g. Risco de liquidez**

Os fluxos brutos de saídas, divulgados na tabela a seguir representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionadas com passivos financeiros derivativos e não derivativos detidos para efeitos de gestão de risco e que normalmente não são encerradas antes do vencimento contratual. A tabela apresenta fluxos de caixa líquidos para derivados de caixa liquidados pela exposição líquida e fluxos de caixa bruto de saída para os derivados que têm liquidação simultânea bruta.

Controladora								
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
<b>31 de Dezembro de 2013</b>								
<b>Passivos financeiros</b>								
<b>Não derivativos</b>								
Financiamentos e Empréstimos	918.150	1.023.981	498.389	94.460	99.512	104.834	110.440	116.346
Fornecedores	137.893	137.893	137.893	-	-	-	-	-
Titulos a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.056.043	1.161.874	636.282	94.460	99.512	104.834	110.440	116.346
<b>Derivativos</b>								
Operações com Derivativos	22.385	22.385	23.646	676	(1.937)	-	-	-
	22.385	22.385	23.646	676	(1.937)	-	-	-
	<b>1.078.428</b>	<b>1.184.259</b>	<b>659.928</b>	<b>95.136</b>	<b>97.575</b>	<b>104.834</b>	<b>110.440</b>	<b>116.346</b>
<b>Consolidado</b>								
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
<b>31 de Dezembro de 2013</b>								
<b>Passivos financeiros</b>								
<b>Não derivativos</b>								
Financiamentos e Empréstimos	1.170.289	1.292.671	717.654	103.343	108.870	114.692	120.826	127.287
Fornecedores	236.217	236.217	236.217	-	-	-	-	-
Titulos a Pagar	155.710	155.710	126.494	11.726	11.726	5.764	-	-
	1.562.216	1.684.598	1.080.365	115.069	120.596	120.456	120.826	127.287
<b>Derivativos</b>								
Operações com Derivativos	25.028	25.028	26.156	809	(1.937)	-	-	-
	25.028	25.028	26.156	809	(1.937)	-	-	-
	<b>1.587.244</b>	<b>1.709.626</b>	<b>1.106.521</b>	<b>115.878</b>	<b>118.659</b>	<b>120.456</b>	<b>120.826</b>	<b>127.287</b>
<b>Controladora</b>								
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
<b>31 de dezembro de 2012</b>								
<b>Passivos financeiros</b>								
<b>Não derivativos</b>								
Financiamentos e Empréstimos	638.719	674.768	290.100	69.724	78.729	78.729	78.729	78.757
Fornecedores	78.151	78.151	78.151	-	-	-	-	-
Titulos a Pagar	600	600	600	-	-	-	-	-
	717.470	753.519	368.851	69.724	78.729	78.729	78.729	78.757
<b>Derivativos</b>								
Operações com Derivativos	11.531	11.531	11.066	465	-	-	-	-
	11.531	11.531	11.066	465	-	-	-	-
	<b>729.001</b>	<b>765.050</b>	<b>379.917</b>	<b>70.189</b>	<b>78.729</b>	<b>78.729</b>	<b>78.729</b>	<b>78.757</b>
<b>Consolidado</b>								
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
<b>31 de dezembro de 2012</b>								
<b>Passivos financeiros</b>								
<b>Não derivativos</b>								
Financiamentos e Empréstimos	810.860	848.465	435.498	75.072	84.474	84.474	84.474	84.473
Fornecedores	137.758	137.758	137.758	-	-	-	-	-
Titulos a Pagar	182.134	182.134	95.283	56.693	12.152	12.152	5.854	-
	1.130.752	1.168.357	668.539	131.765	96.626	96.626	90.328	84.473
<b>Derivativos</b>								
Operações com Derivativos	13.610	13.610	13.146	464	-	-	-	-
	13.610	13.610	13.146	464	-	-	-	-
	<b>1.144.362</b>	<b>1.181.967</b>	<b>681.685</b>	<b>132.229</b>	<b>96.626</b>	<b>96.626</b>	<b>90.328</b>	<b>84.473</b>

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade possam ocorrer significativamente mais cedo ou em valores diferentes.

#### **h. Resumo das operações de derivativos em aberto**

A seguir estão apresentados os instrumentos financeiros derivativos da Companhia consolidados e que estão refletidos nas contas patrimoniais:

Descrição	Valor de Referência (notional)			Valor Justo Registrado no Ativo		Valor Justo Registrado no Passivo		
	Moeda	2013	2012	Moeda	2013	2012	2013	2012
<b>Operações de Proteção Cambial</b>								
Contratos NDF ( <i>Non Deliverable Forwards</i> ) - 21.c	USD	251.981	217.444	R\$	1.093	2.677	27.635	11.802
Contratos Trade Finance <sup>1</sup> - 21.c	USD	143.500	188.036	R\$	-	-	78.860	53.998
<b>Subtotal</b>	<b>USD</b>	<b>395.481</b>	<b>405.480</b>	<b>R\$</b>	<b>1.093</b>	<b>2.677</b>	<b>106.495</b>	<b>65.800</b>
<b>Operações de Proteção dos Produtos</b>								
Algodão - Operações Financeiras - 21.d	USD	32.224	16.658	R\$	968	3.647	625	1.116
Milho - Operações Financeiras - 21.d	USD	574	-	R\$	45	-	-	-
Soja - Operações Financeiras - 21.d	USD	10.644	63.048	R\$	3.172	899	1.136	6.158
<b>Subtotal</b>	<b>USD</b>	<b>43.441</b>	<b>79.706</b>	<b>R\$</b>	<b>4.185</b>	<b>4.546</b>	<b>1.761</b>	<b>7.274</b>
<b>Operações de Proteção de Insumos</b>								
Swap MAP	USD	-	1.750	R\$	-	-	-	200
<b>Subtotal</b>	<b>USD</b>	<b>-</b>	<b>1.750</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>200</b>
<b>Operações de Proteção de Juros</b>								
Swap Libor x Pré - 21.e	USD	24.000	29.333	R\$	-	-	660	1.557
Swap VC+1 x CDI	USD	40.000	-	R\$	1.938	-	2.134	-
Swap CDI x VC+1%	USD	20.000	-	R\$	-	-	54	-
<b>Subtotal</b>	<b>USD</b>	<b>84.000</b>	<b>29.333</b>	<b>R\$</b>	<b>1.938</b>	<b>-</b>	<b>2.848</b>	<b>1.557</b>
<b>Total</b>	<b>USD</b>	<b>522.922</b>	<b>516.269</b>	<b>R\$</b>	<b>7.216</b>	<b>7.223</b>	<b>111.104</b>	<b>74.831</b>
(-) parcela classificada no circulante				R\$	(5.278)	(6.912)	(36.808)	(20.058)
<b>Parcela não circulante</b>				R\$	1.938	311	74.296	54.773

- (1) Valor diferido no patrimônio líquido (“*hedge accounting*”), em contra partida as contas no grupo de empréstimos.

i. Resultado financeiro com operações de derivativos

A seguir estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas consolidados no período, agrupados pelas principais categorias de riscos:

Descrição	Moeda	Ganhos e Perdas registradas no Resultado				Ganhos e Perdas registradas no Patrimônio Líquido	
		Alocado na Receita Bruta em		Alocado no Resultado Financeiro em			
		2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Operações de Proteção Cambial</b>							
Contratos NDF ( <i>Non Deliverable Forwards</i> )	R\$	(29.878)	(28.353)	224	(233)	(31.087)	(20.262)
Contratos Trade Finance	R\$	(23.744)	(10.175)	-	-	(78.860)	(53.663)
<b>Sub-total</b>	R\$	<b>(53.622)</b>	<b>(38.528)</b>	<b>224</b>	<b>(233)</b>	<b>(109.947)</b>	<b>(73.925)</b>
<b>Operações de Proteção de Commodities</b>							
Swap de Commodities Agrícolas							
Algodão	R\$	-	-	190	9.141	343	-
Milho	R\$	-	-	-	-	45	-
Soja	R\$	-	-	2.295	(4.753)	-	-
Swap de Fertilizantes							
Uréia	R\$	-	-	-	-	-	(200)
<b>Sub-total</b>	R\$	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.485</b>	<b>4.388</b>	<b>388</b>	<b>(200)</b>
<b>Operações de Proteção de Juros</b>							
Swap Libor x Pré	R\$	-	-	(612)	(189)	-	-
<b>Sub-total</b>	R\$	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(612)</b>	<b>(189)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	R\$	<b>(53.622)</b>	<b>(38.528)</b>	<b>2.097</b>	<b>3.966</b>	<b>(109.559)</b>	<b>(74.125)</b>

**j. Valores de mercado**

Em 31 de dezembro de 2013, o valor de mercado das disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos aproximam-se dos valores contábeis devido à sua natureza de curto prazo ou porque estão sujeitos a taxas de juros variáveis, respectivamente.

**k. Gestão do capital social**

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da companhia, mantendo uma política de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política econômica do governo, maximizando o valor para o acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas.

Não houve mudança na política de dividendos, nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	<b>918.150</b>	638.719	<b>1.170.289</b>	810.860
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira de curto prazo	<b>(145.647)</b>	(44.157)	<b>(392.977)</b>	(157.246)
Dívida líquida	<b>772.503</b>	594.562	<b>777.312</b>	653.614
Patrimônio líquido	<b>2.008.675</b>	1.947.507	<b>2.137.012</b>	1.993.625
Índice de alavancagem financeira	<b>38,5%</b>	30,5%	<b>36,4%</b>	32,8%

**22 Programa de participação nos resultados**

Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, a sociedade e suas controladas têm um programa de participação nos resultados, extensivo a todos os seus colaboradores.

O valor a ser distribuído a título de participação nos resultados é calculado com base no lucro líquido consolidado da Companhia, sendo parte do valor distribuído livremente aos beneficiários e parte vinculado a metas estabelecidas para cada unidade de produção.

A participação é calculada aplicando-se 9% ao resultado líquido consolidado. Sobre este valor, 60% serão distribuídos aos beneficiários e 40% dependerão do atendimento das metas estabelecidas para cada unidade de produção. O valor das metas é limitado a 2 (dois) salários nominais para cada funcionário beneficiário do plano.

A seguir o valor provisionado no resultado do período, no grupo despesas administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Participação nos resultados	<b>5.250</b>	3.056	<b>7.290</b>	3.911
Total	<b>5.250</b>	3.056	<b>7.290</b>	3.911

## 23 Plano de opções de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2007, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, a vigorar a partir de 15 de junho de 2007, para diretores e gerentes da Companhia. O plano é administrado pelo Comitê Gestor, criado pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2007.

O plano de opção de ações está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 3% do capital social da Companhia na data de criação de cada Programa Anual. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Os beneficiários do Plano de Opções de Ações poderão exercer suas opções dentro de até 5 anos contados da respectiva outorga. O período de carência (*vesting*) será de até 3 anos, com liberações de 20% a partir do primeiro aniversário, 40% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do Termo de Exercício de Opção de Ações.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 31 de outubro de 2007, 16 de dezembro de 2008, 11 de novembro de 2009, 10 novembro de 2010, 09 de novembro de 2011, 13 de novembro de 2012 e 13 de novembro 2013 foram aprovados os Programas Anuais dos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013 com outorga de 640.000, 720.000, 488.000, 805.000, 899.000, 809.000 e 933.000 opções de compras de ações, respectivamente.

As movimentações das ações outorgadas no Programa Anual de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013 os respectivos preços de exercício, em reais, estão apresentados como segue:

Ano da outorga	Preço de exercício - R\$	Quantidade de ações				
		Saldo em 2012	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Saldo em 2013
2007	R\$ 14,00	-	-	-	-	-
2008	R\$ 14,80	-	-	-	-	-
2009	R\$ 15,00	203.600	-	-	(194.900)	8.700
2010	R\$ 16,87	549.400	-	-	(86.000)	463.400
2011	R\$ 16,24	777.400	-	-	(96.700)	680.700
2012	R\$ 17,09	809.000	-	-	(8.000)	801.000
2013	R\$ 17,32	-	933.000	-	-	933.000
		2.339.400	933.000	-	(385.600)	2.886.800

Ano da outorga	Preço de exercício - R\$	Quantidade de ações				
		Saldo em 2011	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Saldo em 2012
2007	R\$ 14,00	71.200	-	-	(71.200)	-
2008	R\$ 14,80	466.000	-	(6.000)	(460.000)	-
2009	R\$ 15,00	384.600	-	(12.000)	(169.000)	203.600
2010	R\$ 16,87	785.000	-	(107.000)	(128.600)	549.400
2011	R\$ 16,24	899.000	-	(101.600)	(20.000)	777.400
2012	R\$ 17,09	-	809.000	-	-	809.000
		2.605.800	809.000	(226.600)	(848.800)	2.339.400

O preço do exercício do Programa Anual de 2007 está fixado em R\$ 14,00 (quatorze reais) por ação, equivalentes ao preço de distribuição por ação fixada na oferta inicial pública de ações da Companhia.

O preço do exercício dos Programas anuais de 2008, 2009, 2012 e 2013 foram fixados com base na média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na Bovespa, anteriores à aprovação do plano, com desconto de 19,97%, 7,98%, 20% e 15%, respectivamente.

O preço do exercício dos Programas anuais de 2010 e 2011, também foram fixados com base na média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na Bovespa, anteriores à aprovação do plano, porém sem desconto.

Os prazos de carência a partir da data da outorga são como segue:

Prazos de carência a partir da outorga	% de opções liberadas para o exercício	Quantidade máxima de ações
A partir de – 08/11/2012	3%	76.500
A partir de – 09/11/2012	4%	101.900
A partir de – 12/11/2012	6%	185.600
A partir de – 08/11/2013	11%	326.600
A partir de – 11/11/2013	24%	689.600
A partir de – 13/11/2013	29%	843.400
A partir de – 10/11/2014	45%	1.306.600
A partir de – 13/11/2014	57%	1.655.000
A partir de – 13/11/2015	81%	2.327.000
A partir de – 13/11/2016	100%	2.886.800

A Companhia reconhece o custo com o plano de opções com base no valor justo das ações outorgadas, considerando o valor justo das mesmas na data da outorga. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções é o de Black-Scholes. O valor justo médio ponderado, os prêmios considerados e as premissas econômicas utilizadas para o cálculo no modelo são apresentados a seguir:

	Outorga						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Valor justo médio ponderado	R\$ 21,25	R\$ 23,90	R\$ 21,39	R\$ 28,73	R\$ 21,75	R\$ 23,66	R\$ 24,47
Prêmios	R\$ 7,25	R\$ 9,10	R\$ 6,39	R\$ 11,86	R\$ 5,51	R\$ 6,57	R\$ 7,15
Dividendo	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Volatilidade do preço da ação	32,03%	76,05%	67,59%	60,40%	39,90%	36,56%	31,05%
Taxa de retorno Livre de Risco							
1º Vencimento	11,65%	13,70%	9,91%	11,40%	9,98%	7,31%	10,78%
2º Vencimento	11,65%	13,87%	11,41%	11,92%	10,16%	7,90%	11,64%
3º Vencimento	11,64%	14,01%	12,13%	11,88%	10,46%	8,38%	11,95%
Período esperado até o vencimento							
1º Vencimento	1.097	1.096	365	365	365	365	365
2º Vencimento	1.279	1.278	730	730	730	730	730
3º Vencimento	1.462	1.461	1.097	1.097	1.097	1.095	1.096

Em atendimento ao CPC 10 (R1), tomando-se por base os prazos de carência apresentados, foram reconhecidos no resultado os valores com plano de opções de ações em função do decurso do prazo do período de *vesting*, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital, o valor de R\$5.593 (despesa) em 31 de dezembro de 2013 (R\$4.322 em 31 de dezembro de 2012).

#### *Reconciliação de opções de ações em circulação*

O número e a média ponderada dos preços do exercício de opções de ações que estão no âmbito do programa de opção de ações são o seguinte:

	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções
	31/12/13	31/12/13	31/12/12	31/12/12
Em circulação em 1º de janeiro	R\$16,57	2.339.400	R\$15,93	2.605.800
Outorgadas durante o período	R\$17,32	933.000	R\$17,09	809.000
Exercidas durante o período	R\$15,77	(385.600)	R\$15,12	(848.800)
Canceladas durante o período	-	-	R\$16,43	(226.600)
Em circulação	R\$16,92	2.886.800	R\$16,57	2.339.400
Exercíveis	R\$16,73	843.400	R\$15,97	534.800

As opções em aberto em 31 de dezembro de 2013 possuem um preço de exercício na faixa entre R\$15,00 a R\$17,32 (R\$15,00 a R\$17,09 em 31 de dezembro de 2012) e média ponderada de vida contratual de 3,8 anos (3,9 anos em 31 de dezembro de 2012).

A média ponderada de preços de ações na data de exercício para opções de compra de ações exercidas no período findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$15,77 (R\$15,12 em 31 de dezembro de 2012).

## 24 Subvenção e assistência governamentais

### a. Diferimento e Crédito Presumido de ICMS

A Companhia possui incentivos para diferimento de débitos de ICMS nas operações com soja, milho e caroço de algodão através da adesão da Fazenda Planalto ao programa Fundersul (Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul) e das Fazendas Planorte, Paiaguás e Pejuçara ao programa FETHAB (Fundo de Transporte e Habitação). Para usufruir ao incentivo do diferimento a Companhia precisa fazer requerimento às Secretarias Estaduais, renunciar aos créditos de ICMS nas entradas a que teria direito e recolher ao estado do Mato Grosso do Sul o Fundersul e ao estado do Mato Grosso o FETHAB e o FACS (Fundo de Apoio a Cultura da Soja).

Os Governos dos Estados de Mato Grosso do Sul e de Goiás, concederam incentivos de créditos presumidos de ICMS nas operações com algodão em pluma, com redução no valor do ICMS a recolher de 70% a 75% através da adesão da Fazenda Planalto ao programa PDAGRO (Mato Grosso do Sul) e da Fazenda Pamplona ao programa PROALGO (Goiás).

Como exigências para participação nestes incentivos a Companhia deve encaminhar termo de opção as Secretarias Estaduais, abdicar dos créditos de ICMS a que teria direito nas entradas, prestar informações acessórias a respeito desta renúncia fiscal e recolher PDAgro ao Estado do Mato Grosso do Sul e Fialgo no Estado de Goiás.

Os créditos presumidos são registrados no resultado a crédito na rubrica de impostos sobre vendas, em contrapartida à rubrica de impostos a recolher. No exercício, findo em 31 de dezembro de 2013, foram reconhecidos R\$ 2.175 de crédito presumido de ICMS na controladora e no consolidado.

### b. Incentivo de redução de IRPJ

A Companhia possui incentivo nas controladas Fazendas Parnaíba e Planorte, localizadas no Estado do Maranhão e Mato Grosso, respectivamente, que gozam de incentivo fiscal de IRPJ concedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. O incentivo consiste na redução de 75% do IRPJ e adicionais não restituíveis.

A Fazenda Planorte goza do incentivo até o limite de produção e comercialização de 13.478 toneladas de algodão em pluma e 18.533 toneladas de caroço de algodão por ano. A vigência do incentivo expira no ano de 2015. A Fazenda Parnaíba goza do incentivo até o limite de produção

e comercialização de 5.528 toneladas de algodão em pluma e 8.292 toneladas de caroço de algodão por ano. A vigência do incentivo expira no ano de 2013.

Os valores apurados a título de incentivo de redução de IRPJ são contabilizados a débito na conta de IRPJ a Recolher, no passivo circulante, e a crédito na rubrica de impostos correntes, no resultado do exercício. O valor do incentivo de redução de IRPJ não pode ser distribuído aos acionistas como dividendos, motivo pelo qual o valor anual do incentivo é transferido da rubrica de resultado acumulado para a reserva de capital, no Patrimônio Líquido. Esta reserva somente pode ser utilizada para incorporar-se ao capital social ou para absorção de prejuízos.

As controladas Fazenda Parnaíba e Fazenda Planorte, no período findo em 31 de dezembro de 2013 tiveram um ganho com incentivo de redução de IRPJ no valor de R\$3.802.

## 25 Cobertura de seguros

O detalhamento dos seguros contratados e as coberturas são demonstrados como segue:

Apólice	Natureza	Vigência	Cobertura
20336464	Veículos da SLC Agrícola	10/10/13 à 10/10/14	Contra terceiros - 100% FIPE
20336455	Veículos da SLC Agrícola	10/10/13 à 10/10/14	Contra terceiros - 100% FIPE
20336291	Veículos da SLC Agrícola	10/10/13 à 10/10/14	Contra terceiros - 100% FIPE
20336295	Veículos da Fazenda Parnaíba	10/10/13 à 10/10/14	Contra terceiros - 100% FIPE
20336444	Veículos da Fazenda Parnaíba	10/10/13 à 10/10/14	Contra terceiros - 100% FIPE
20336296	Veículos da Fazenda Planorte	10/10/13 à 10/10/14	Contra terceiros - 100% FIPE
20336440	Veículos da Fazenda Planorte	10/10/13 à 10/10/14	Contra terceiros - 100% FIPE
20336294	Veículos da Fazenda Paiaguás	10/10/13 à 10/10/14	Contra terceiros - 100% FIPE
20336445	Veículos da Fazenda Paiaguás	10/10/13 à 10/10/14	Contra terceiros - 100% FIPE
20336301	Veículos da Fazenda Pejuçara	10/10/13 à 10/10/14	Contra terceiros - 100% FIPE
20336442	Veículos da Fazenda Pejuçara	10/10/13 à 10/10/14	Contra terceiros - 100% FIPE
20336297	Veículos da Fazenda Perdizes	10/10/13 à 10/10/14	Contra terceiros - 100% FIPE
20336441	Veículos da Fazenda Perdizes	10/10/13 à 10/10/14	Contra terceiros - 100% FIPE
20336292	Veículos da Fazenda Pioneira	10/10/13 à 10/10/14	Contra terceiros - 100% FIPE
20338211	Veículos da SLC-MIT	10/10/13 à 10/10/14	Contra terceiros - 100% FIPE
02309186117	Máquinas e Equipamentos	08/10/13 à 08/10/14	R\$ 60.000.000,00
20.0000014	Benfeitorias - Fazendas	10/01/13 à 10/01/14	R\$ 24.000.000,00
03.18.0631893	Administração	10/11/12 à 10/01/14	R\$ 750.000,00
10351000722	Responsabilidade Civil Geral	02/12/13 à 02/12/14	R\$ 1.000.000,00
20.0000017	Estoques de Grãos e Algodão - inclusive a céu aberto	24/03/13 à 24/03/14	R\$ 40.000.000,00
01.10.4001638	Responsabilidade Civil Diretores - SLC Agrícola	28/06/13 à 28/06/14	R\$ 30.000.000,00
01.10.4001639	Responsabilidade Civil Diretores - Landco	28/06/13 à 28/06/14	R\$ 30.000.000,00

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

## 26 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita operacional bruta	<b>650.004</b>	654.699	<b>1.230.766</b>	1.164.419
Venda de produtos	<b>642.696</b>	656.134	<b>1.138.096</b>	1.068.616
Variação do valor justo nos ativos biológicos	<b>51.491</b>	23.498	<b>146.292</b>	134.331
Resultado com operações de Hedge	(44.183)	(24.933)	(53.622)	(38.528)
Deduções, impostos e contribuições	(29.813)	(26.263)	(49.246)	(45.676)
Receita operacional líquida	<b>620.191</b>	628.436	<b>1.181.520</b>	1.118.743

## 27 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Despesas por função</b>				
Custo dos produtos vendidos	<b>548.847</b>	556.935	<b>920.234</b>	864.956
Despesas com vendas	<b>35.409</b>	42.248	<b>63.991</b>	67.849
Despesas gerais e administrativas	<b>38.990</b>	38.980	<b>47.729</b>	46.191
Outras despesas operacionais	<b>16.210</b>	2.786	<b>18.987</b>	5.691
	<b>639.456</b>	640.949	<b>1.050.941</b>	984.687
<b>Despesas por natureza</b>				
Depreciação e amortização	<b>80.418</b>	67.949	<b>115.517</b>	98.066
Despesas com pessoal	<b>97.872</b>	84.090	<b>148.600</b>	118.398
Matéria prima e materiais	<b>408.762</b>	386.137	<b>622.451</b>	544.339
Variação ativo biológico CPV	<b>18.362</b>	73.126	<b>114.026</b>	181.452
Fretes	<b>17.824</b>	24.630	<b>33.274</b>	39.064
Outras despesas	<b>16.218</b>	5.017	<b>17.073</b>	3.368
	<b>639.456</b>	640.949	<b>1.050.941</b>	984.687

## 28 Informações por segmento

O Grupo possui 2 (dois) segmentos reportáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. As unidades de negócio estratégicas oferecem diferentes produtos e serviços, para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração analisa os relatórios internos ao menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Segmento de produção agrícola: cultivo, principalmente, das culturas de algodão, soja, milho, trigo e café.
- Segmento de portfólio de terras: aquisição e desenvolvimento de terras para a agricultura.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas abaixo. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos que são analisados pela Administração do Grupo. O lucro do segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a gerência acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados dos segmentos.

## *Informações sobre segmentos reportáveis*

	Produção Agrícola		Terras		Eliminações		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Receita Líquida	1.181.520	1.118.743	55.897	54.052	(55.897)	(54.052)	1.181.520	1.118.743
Custos do Produtos	(970.230)	(899.398)	-	(3.480)	49.996	37.922	(920.234)	(864.956)
Resultado Bruto	211.290	219.345	55.897	50.572	(5.901)	(16.130)	261.286	253.787
Despesas / Receitas Operacionais	(108.613)	(107.260)	(2.194)	(1.406)	-	-	(110.807)	(108.666)
Despesas com Vendas	(63.991)	(67.849)	-	-	-	-	(63.991)	(67.849)
Despesas Gerais e Administrativas	(38.315)	(37.626)	(957)	(498)	-	-	(39.272)	(38.124)
Honorários da Administração	(7.569)	(7.369)	(888)	(698)	-	-	(8.457)	(8.067)
Outra Receitas (Despesas) Operacionais	1.262	5.584	(349)	(210)	-	-	913	5.374
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>102.677</b>	<b>112.085</b>	<b>53.703</b>	<b>49.166</b>	<b>(5.901)</b>	<b>(16.130)</b>	<b>150.479</b>	<b>145.121</b>
Resultado Financeiro Líquido	(44.655)	(30.064)	19.760	(42.526)	-	-	(24.895)	(72.590)
<b>Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>58.022</b>	<b>82.021</b>	<b>73.463</b>	<b>6.640</b>	<b>(5.901)</b>	<b>(16.130)</b>	<b>125.584</b>	<b>72.531</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(28.450)	(28.430)	(531)	(5.671)	-	-	(28.981)	(34.101)
<b>Lucro / Prejuízo Consolidado do Período</b>	<b>29.572</b>	<b>53.591</b>	<b>72.932</b>	<b>969</b>	<b>(5.901)</b>	<b>(16.130)</b>	<b>96.603</b>	<b>38.430</b>

	Produção Agrícola		Terras		Eliminações		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativos totais								
Terras	-	-	1.355.553	1.325.913	-	-	1.355.553	1.325.913
Ajuste Valor Justo Terras *	-	-	499.960	499.960	(499.960)	(499.960)	-	-
Outros Ativos	2.204.098	2.039.729	701.426	332.960	-	-	2.905.524	2.372.689
<b>Ativos Totais</b>	<b>2.204.098</b>	<b>2.039.729</b>	<b>2.556.939</b>	<b>2.158.833</b>	<b>(499.960)</b>	<b>(499.960)</b>	<b>4.261.077</b>	<b>3.698.602</b>
Passivos totais	2.607.644	1.982.529	1.653.433	1.716.073	-	-	4.261.077	3.698.602
Efeitos fiscais Valor Justo Terras	-	-	329.974	329.974	(329.974)	(329.974)	-	-
<b>Passivos totais</b>	<b>2.607.644</b>	<b>1.982.529</b>	<b>1.983.407</b>	<b>2.046.047</b>	<b>(329.974)</b>	<b>(329.974)</b>	<b>4.261.077</b>	<b>3.698.602</b>

\* A Companhia, anualmente, avalia as terras de sua propriedade, desta forma, os valores referentes ao ajuste ao valor justo de terras foram realizados com base nesta avaliação, apenas para fins de divulgação.

O Grupo comercializa seus produtos para o mercado interno e externo. Nas vendas para o mercado externo são consideradas as vendas realizadas diretamente, tendo o Grupo como operador, e de forma indireta, com venda para comerciais exportadoras sediadas no Brasil.

As vendas consolidadas no mercado interno e externo estão assim representadas:

	2013	2012
Mercado interno	<b>408.588</b>	402.318
Venda de produtos	315.918	306.515
Variação do valor justo nos ativos biológicos	<b>146.292</b>	134.331
Resultado com operações de Hedge	<b>(53.622)</b>	(38.528)
Mercado externo	<b>822.178</b>	762.101
Venda de produtos - exportação indireta	<b>307.571</b>	242.790
Venda de produtos - exportação direta	<b>514.607</b>	519.311
Receita operacional bruta	<b>1.230.766</b>	1.164.419
Deduções, impostos e contribuições	<b>(49.246)</b>	(45.676)
Receita operacional líquida	<b>1.181.520</b>	1.118.743

As informações de vendas brutas de produtos, por segmento geográfico, foram elaboradas a partir do país de origem da receita e podem ser assim apresentadas:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Ásia	<b>505.085</b>	511.046
América Latina	<b>7.265</b>	4.276
Europa	<b>1.330</b>	2.431
América Central	-	1.219
África	<b>927</b>	339
	<b>514.607</b>	519.311

A Companhia possui o cliente Cargill Agrícola S.A. como cliente responsável por mais de 21,4% da receita líquida. O montante da receita proveniente do cliente Cargill Agrícola S.A. é de R\$253.336, correspondendo a vendas de soja, milho e algodão.

## **29 Evento subsequente**

Em 02 de janeiro de 2014 foi realizado o processo de cisão total da SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda., mediante a versão de todo o patrimônio cindido em sete novas controladas constituídas nessa data com as seguintes denominações sociais: Fazenda Parnaguá Empreendimentos Agrícolas Ltda., Fazenda Pamplona Empreendimentos Agrícolas Ltda., Fazenda Planalto Empreendimentos Agrícolas Ltda., SLC Perdizes Empreendimentos Agrícolas Ltda., SLC Paiaguás Empreendimentos Agrícolas Ltda., Fazenda Palmares Empreendimentos Agrícolas Ltda., SLC Investimentos Agrícolas Ltda. Essa cisão tem por objetivo a otimização da gestão dos negócios e das atividades desenvolvidas pelo Grupo.